

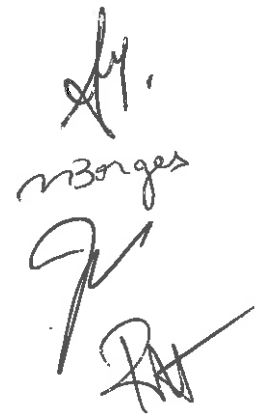
2020

Prestação de Contas



ÍNDICE

1. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA	3
1.1 Identificação	3
1.2 Órgãos Sociais	4
1.3 Sumário do Exercício	5
2. ÁREAS DE NEGÓCIO	8
2.1 Abastecimento de Água	8
2.2 Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos	14
3. CLIENTES.....	18
3.1 Caracterização	18
3.2 Evolução.....	20
4. INVESTIMENTOS	20
5. RECURSOS HUMANOS.....	24
6. SITUAÇÃO ECONÓMICO FINANCEIRA	26
6.1 Análise Económica.....	26
6.2 Rendimentos	28
6.3 Gastos	30
6.4 Indicadores Financeiros	32
6.5 Evolução Previsível	32
7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	33
8. NOTAS FINAIS	33
9. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	34



1. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

1.1 Identificação

Nordeste Ativo E.M., S.A

Sede Social

Rua Dr. Manuel João da Silveira nº 1-A

9630-142 Nordeste

Pessoa Coletiva

NPC 512088357

Capital Social

50.000,00€

Estrutura Acionista

Câmara Municipal de Nordeste – 100%

Objeto

A gestão e exploração dos sistemas públicos de captação e distribuição de água para consumo público, a recolha, tratamento e rejeição de efluentes, a recolha e deposição de resíduos sólidos urbanos, a higiene pública no concelho do Nordeste; A promoção e gestão de equipamentos coletivos e prestação de serviços na área da cultura, desporto, turismo e atividades recreativas. Em complemento das atividades previstas nos números anteriores, poderá esta Empresa Municipal exercer diretamente ou em colaboração com terceiros, atividades acessórias ou subsidiárias da exploração e gestão, bem como outros ramos de atividade conexos, incluindo a prestação de serviços, que não prejudiquem a prossecução do seu objeto e que tenham em vista a melhor utilização dos seus recursos disponíveis.

1.2 Órgãos Sociais

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente:

Dinis Alberto Pereira Miranda

Secretário:

Fernando Pacheco Arruda

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente:

António Miguel Borges Soares

Vogais:

Natália da Conceição Rego Borges

João de Deus Andrade de Sousa

CONSELHO FISCAL

Fiscal único:

Duarte Giesta – SROC, Unipessoal, Lda. – representada por Duarte Félix Tavares Giesta

Fiscal suplente:

Leopoldo Alves & Associados – SROC – representada por Leopoldo de Assunção Alves

M. Natália Borges
2
RA

1.3 Sumário do Exercício

A Nordeste Ativo E.M., S.A. é uma empresa local, de gestão de serviços de interesse geral, de capitais exclusivamente públicos, de responsabilidade limitada, dotada de personalidade jurídica, de autonomia administrativa, financeira, patrimonial e independência orçamental.

A missão da Nordeste Ativo E.M., S.A. é satisfazer as necessidades de abastecimento de água, de recolha de águas residuais domésticas e resíduos sólidos urbanos da população do Município de Nordeste, num quadro de sustentabilidade económica, financeira e técnica. A visão que a empresa tem, pauta-se pela prestação de um serviço público de qualidade, orientado por princípios de eficácia de gestão, recorrendo às melhores práticas de gestão para garantir um desenvolvimento sustentável, nas suas vertentes social, ambiental e económica.

O serviço de abastecimento de água para consumo humano no Concelho de Nordeste abastece a totalidade da população, com elevados parâmetros de qualidade.

O serviço de saneamento de águas residuais domésticas abrange apenas uma parte de população, motivo pela qual é atualmente gratuito para a população em geral. No entanto está no plano de investimentos da empresa o alargamento da rede de saneamento a todo o concelho, bem como a construção de estações de tratamento.

O serviço de recolha de resíduos sólidos urbanos abrange a totalidade da população do concelho e é orientado para uma estratégia de separação e reciclagem dos resíduos. Para tal a Nordeste Ativo E.M., S.A. foi pioneira na recolha diferenciada de resíduos porta a porta com o objetivo de alcançar níveis elevados de reciclagem.

O ano de 2020 fica marcado pelo surgimento da pandemia Covid-19 que afetou profundamente a atividade económica em 2020, em Portugal e no resto do mundo. As medidas de contenção da crise de saúde pública e a atitude de precaução dos agentes económicos determinaram uma queda sem precedentes do PIB, um aumento exponencial no desemprego e uma diminuição generalizada nos rendimentos das famílias.

A Região e o Concelho de Nordeste foram igualmente afetados por esta crise e medidas de contenção. Durante alguns meses a atividade da empresa foi reduzida aos serviços mínimos essenciais. Neste período o atendimento presencial ao público foi fechado, os trabalhadores do escritório ficaram em teletrabalho, e os restantes trabalhadores continuaram a assegurar os serviços de recolha de resíduos bem como os serviços indispensáveis de manutenção

da rede de abastecimento de água. Foram também implantadas várias medidas de proteção, higiene e segurança por todos os serviços para proteger os trabalhadores.

A nível económico foram tomadas várias medidas de apoio à economia e famílias, a nível nacional, regional e local, que tiveram também impacto na atividade da empresa.

A nível nacional, foi legislado a suspensão, por questões relacionadas com falta de pagamento, os cortes e juros de mora no serviço de abastecimento de água. Durante o ano de 2020 a empresa não efetuou qualquer corte no abastecimento de água devido à falta de pagamento, tendo encontrado sempre solução com os consumidores para o pagamento dos montantes em atraso. Foi igualmente suspenso o pagamento de juros de mora e taxa de envio do aviso de corte. Esta medida, conforme estipulado no Orçamento de Estado para 2021, continua em vigor no 1º semestre de 2021.

A nível local, a Câmara Municipal decidiu apoiar as famílias e empresas, concedendo uma isenção no pagamento das tarifas fixas de água e resíduos a todos os consumidores residentes no Concelho Nordeste, referente aos meses de março, abril e maio. Esta medida consubstanciou-se através da Nordeste Ativo, que isentou o pagamento destes valores aos consumidores, tendo sido ressarcida destes montantes pela Câmara através de uma adenda ao Contrato Programa de 2020 destinada a este fim, no valor global de 52.680,99€.

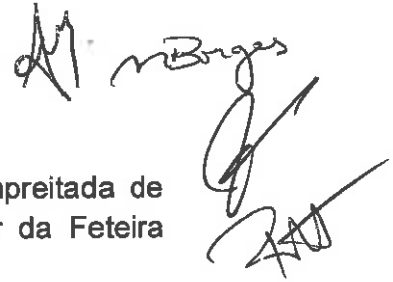
A situação pandémica particularmente não teve impacto financeiro na atividade da empresa, uma vez que os serviços de abastecimento de água e recolha de lixo, sendo serviços essenciais, foram sempre mantidos.

No ano de 2020 foram consumidos 387.097³ de água. Comparando com 2019, verificou-se uma redução de -7.707³, ou seja, de -2%. Esta redução deveu-se ao facto do ano de 2020 ter sido um ano com bastante pluviosidade, nomeadamente nos meses de verão, o que levou a um menor consumo de água por parte população para regadios e pecuária.

A elevada precipitação teve também uma repercussão positiva a nível da redução dos custos da empresa pelo fato do furo de captação de água de Santo António Nordestinho não ter sido utilizado bem como o transporte de água através de camiões cisterna ter sido reduzido.

A água distribuída pela empresa apresentou elevados padrões de qualidade, tendo-se atingido uma percentagem de 99,64% de análises dentro dos valores paramétricos legalmente estabelecidos.

No que concerne a investimentos em 2020, o destaque vai para a conclusão da empreitada de construção da adutora de abastecimento de água à Lomba da



Fazenda a partir da nascente das Anieiras e a execução da empreitada de reabilitação das infra-estruturas de saneamento básico do lugar da Feteira Pequena.

Foi realizada uma forte aposta em sistemas de tecnologia de informação com a implementação de um sistema de telemetria nos reservatórios para acompanhamento remoto do nível de água e a implementação de um serviço de gestão de frotas, para controlo das viaturas.

Foi igualmente introduzida uma nova modalidade de pagamento através de referência por Multibanco. No final de 2020 foi adjudicada a compra de um novo servidor, que permitirá no ano de 2021 avançar com a disponibilização do serviço de envio de fatura eletrónica por email.

Em termos financeiros o exercício financeiro foi positivo, e foi ao encontro do Plano e Orçamento delineado para 2020 e daquilo é o objetivo da empresa de apresentar resultados equilibrados.

A nível dos custos, o destaque vai para a redução dos custos de financiamento com a reestruturação do remanescente da dívida da empresa de curto prazo em dívida de longo prazo. Este processo iniciou-se em 2019 e era um problema que a empresa já enfrentava há longos anos, em que a maior parte da sua dívida estava concentrada em empréstimos de curto prazo sob a forma de contas correntes caucionadas. Com esta reestruturação foi possível reduzir em muito as taxas de juro dos financiamentos, programar de forma suave e progressiva a amortização da dívida e reduzir o risco de flutuação dos spreads dos financiamentos e de não renovação dos créditos.

Com a poupança conseguida nos custos com os juros bancários foi possível à empresa a criação de 3 novos postos de trabalho. Estes novos postos têm a categoria de serventes e tornaram possível ter mais uma equipa no terreno, tendo como principais funções a manutenção do edificado e infraestruturas, como é o caso dos reservatórios que têm sido objeto de pinturas e construção e reabilitação das vedações, o que em alguns casos já não acontecia à décadas.

Tanto as receitas como as despesas da empresa tiveram um aumento de cerca de 6% em 2020, o que permitiu apresentar um resultado equilibrado e semelhante ao ano anterior.

2. ÁREAS DE NEGÓCIO

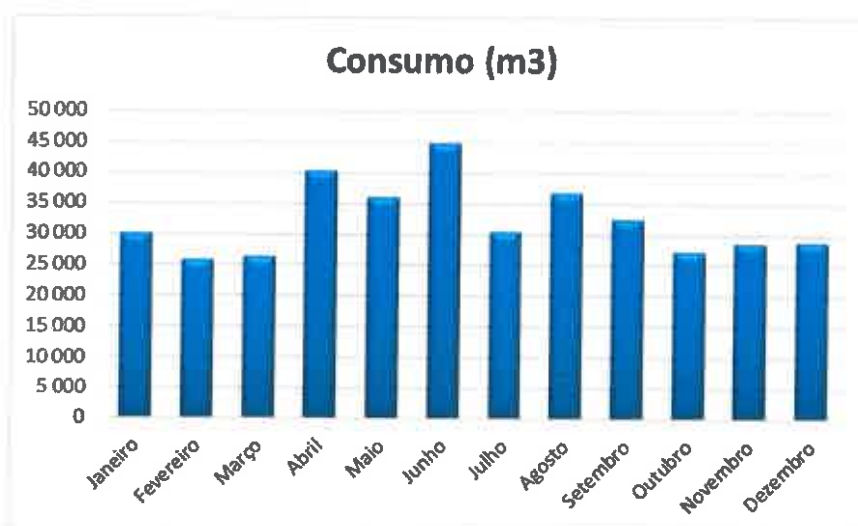
2.1 Abastecimento de Água

O abastecimento de água é um serviço essencial à qualidade de vida das populações. Por outro lado, a escassez deste recurso exige um desempenho eficiente, visando a sua preservação e o acesso universal a preços acessíveis e sustentáveis.

Valores de faturação por mês

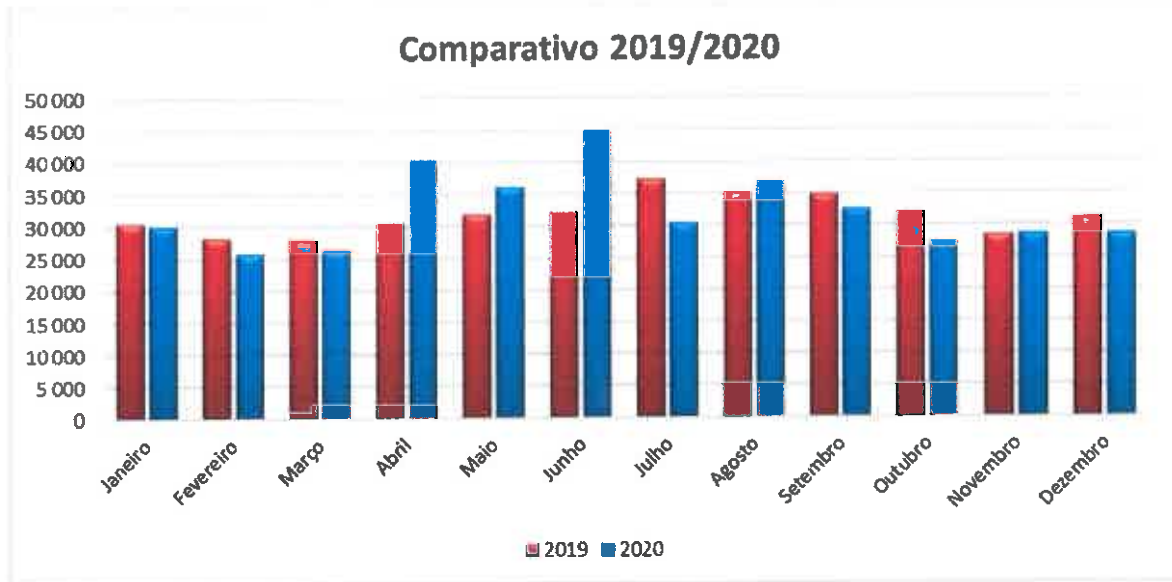
Mês	Lido (m3)	Valor faturado (€)
Janeiro	30 007	47 530,10 €
Fevereiro	25 763	42 339,49 €
Março	26 313	25 523,72 €
Abril	40 158	17 169,85 €
Maió	36 057	35 511,33 €
Junho	44 762	56 353,16 €
Julho	30 374	46 335,12 €
Agosto	36 663	52 893,13 €
Setembro	32 514	50 537,32 €
Outubro	27 282	43 995,25 €
Novembro	28 573	45 165,97 €
Dezembro	28 631	46 131,00 €
TOTAL	387 097	509 485,44 €

Verifica-se uma grande redução do valor total faturado nos meses de março, abril e maio, devido às isenções das tarifas fixas determinadas pela adenda ao contrato programa, como media de apoio às famílias e empresas.



Appl. Borges
[Signature]

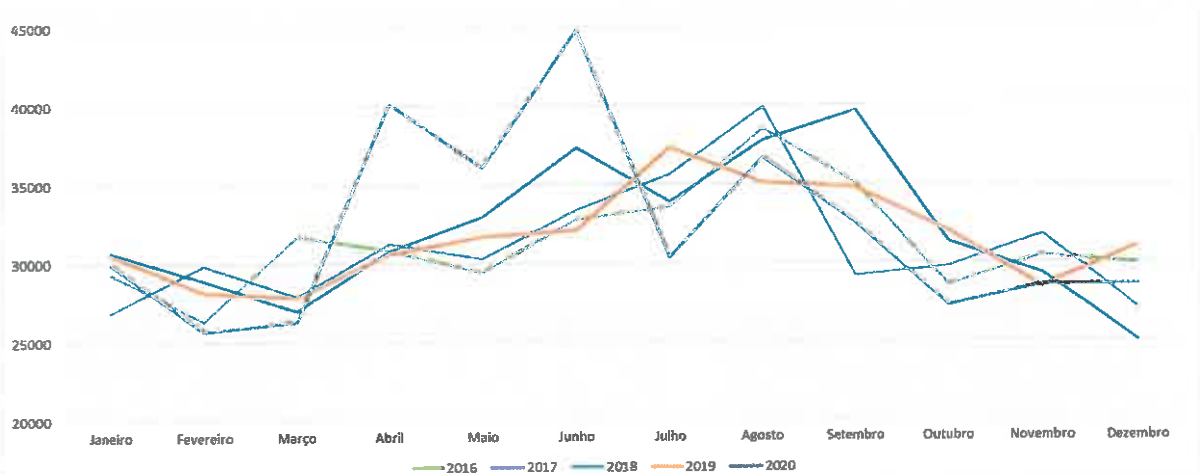
Comparativo 2019/2020



Evolução do consumo de água faturado verificado nos últimos 5 anos

Mês	2015	Varição 2014/2015	2016	Varição 2015/2016	2017	Varição 2016/2017	2018	Varição 2017/2018	2019	Varição 2018/2019	2020	Varição 2019/2020
Janeiro	30 788	2,14%	29 348	-4,68%	26 953	-8,16%	30 727	14,00%	30 543	-0,60%	30 007	-1,75%
Fevereiro	26 751	-0,94%	26 375	-1,41%	29 916	13,43%	28 953	-3,22%	28 170	-2,70%	25 763	-8,54%
Março	30 437	14,07%	31 716	4,20%	27 933	-11,93%	26 999	-3,34%	27 836	3,10%	26 313	-5,47%
Abril	30 473	7,04%	30 838	1,20%	31 292	1,47%	30 800	-1,57%	30 575	-0,73%	40 158	31,34%
Maió	26 818	-13,55%	29 427	9,73%	30 335	3,09%	32 965	8,67%	31 696	-3,85%	36 057	13,76%
Junho	30 866	-9,32%	32 763	6,15%	33 361	1,83%	37 312	11,84%	32 060	-14,08%	44 762	39,62%
Julho	34 425	6,22%	33 544	-2,56%	35 610	6,16%	33 893	-4,82%	37 298	10,05%	30 374	-18,56%
Agosto	31 394	-2,91%	38 520	22,93%	39 873	3,51%	37 762	-5,29%	35 069	-7,13%	36 663	4,55%
Setembro	33 182	-7,46%	35 031	5,57%	29 166	-16,74%	39 628	35,87%	34 742	-12,33%	32 514	-6,41%
Outubro	30 630	-9,71%	28 580	-6,69%	29 784	4,21%	31 312	5,13%	31 993	2,17%	27 282	-14,73%
Novembro	27 089	11,17%	30 474	12,50%	31 796	4,34%	29 289	-7,88%	28 426	-2,95%	28 573	0,52%
Dezembro	30 089	8,36%	29 892	-0,65%	27 133	-9,73%	25 036	-7,73%	30 982	23,75%	28 631	-7,59%
TOTAL	301 882	-0,28%	275 596	-8,71%	272 032	-1,27%	344 314	12,08%	374 886	9,17%	340 097	-9,04%

Evolução do consumo de água nos últimos 5 anos



A evolução do consumo de água durante o ano de 2020 apresentou um padrão diferente do habitual. Se por um lado o consumo de água nos meses de abril a junho foi muito superior ao habitual, devido à maioria da população se encontrar em confinamento, nos meses de julho a agosto o consumo de água foi muito inferior ao habitual por se ter verificado um verão com elevada precipitação.

Consumo de água por tipo de consumidor

Tipo	Valor (€)
Doméstico	182 045,00 €
Comércio/Indústria	28 804,30 €
Instituições	7 299,19 €
Obras	1 494,01 €
Agro Pecuária	35 518,53 €
Administração Central	7 513,76 €
Administração Local	28 851,79 €
TOTAL	291 526,58 €

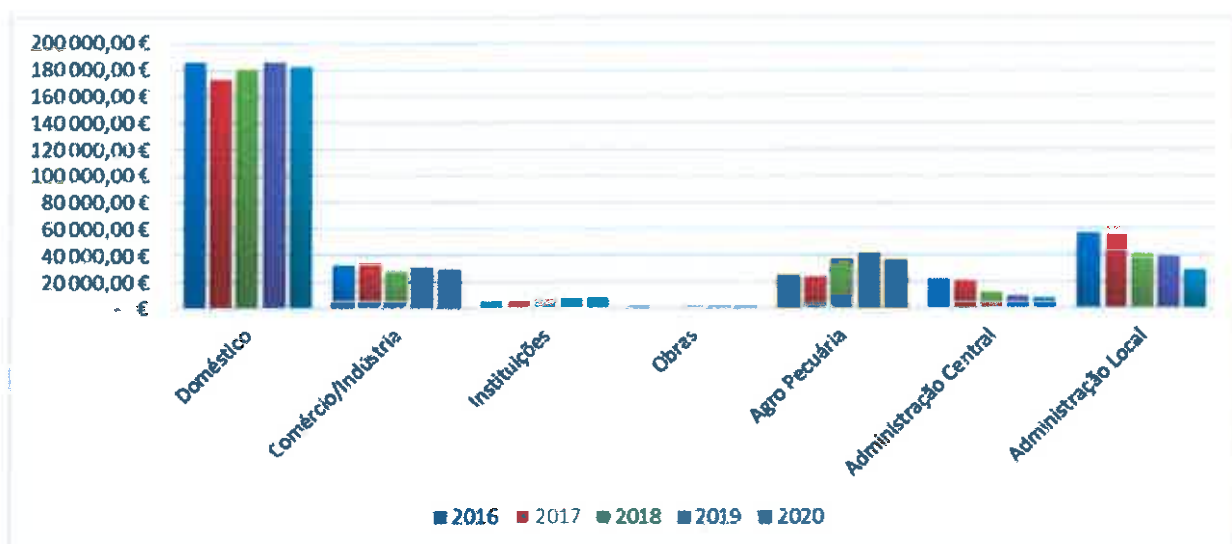
Peso relativo de cada tipo de consumidor



At. Borges
J
RMA

Evolução dos últimos 5 anos

Tipo	2016	2017	2018	2019	2020
Doméstico	186 147,02 €	172 412,49 €	180 459,88 €	185 407,26 €	182 045,00 €
Comércio/Indústria	31 906,12 €	33 728,17 €	27 596,32 €	30 132,34 €	28 804,30 €
Instituições	5 021,12 €	5 420,66 €	6 575,36 €	7 943,89 €	7 299,19 €
Obras	1 374,39 €	1 068,42 €	1 499,51 €	1 576,30 €	1 494,01 €
Agro Pecuária	24 497,66 €	23 557,21 €	36 880,71 €	40 695,93 €	35 518,53 €
Administração Central	21 699,77 €	20 963,51 €	12 253,25 €	9 150,00 €	7 513,76 €
Administração Local	56 436,61 €	54 786,49 €	41 452,08 €	39 467,16 €	28 851,79 €
TOTAL	327 082,69 €	311 936,95 €	306 717,11 €	314 372,88 €	291 526,58 €



Nota-se uma diminuição consistente nos últimos 5 anos na Administração Central e Local

Consumo de água por freguesia

Freguesia	Valor (€)
Achada	29 168,44 €
Achadinha	25 380,47 €
Lomba da Fazenda	50 924,02 €
Nordeste	93 884,65 €
Santo António Nordestinho	13 777,45 €
Salga	33 801,55 €
Santana	21 137,55 €
Algarvia	12 828,18 €
São Pedro Nordestinho	15 392,26 €
TOTAL	296 294,57 €

Peso relativo de cada freguesia no consumo de água



Evolução do consumo de água por freguesia nos últimos 5 anos

Freguesia	2016	2017	2018	2019	2020
Achada	26 597,81 €	25 542,09 €	24 647,15 €	26 723,76 €	29 168,44 €
Achadinha	26 979,27 €	25 266,70 €	24 528,76 €	26 172,36 €	25 380,47 €
Lomba da Fazenda	49 108,64 €	44 268,88 €	49 100,36 €	51 658,00 €	50 924,02 €
Nordeste	100 092,49 €	99 978,05 €	97 048,17 €	105 484,82 €	93 884,65 €
Santo António Nordestinho	13 464,78 €	13 124,22 €	12 815,92 €	13 784,26 €	13 777,45 €
Salga	58 457,58 €	57 095,53 €	49 016,38 €	38 215,71 €	33 801,55 €
Santana	22 606,12 €	21 868,78 €	20 175,52 €	21 240,14 €	21 137,55 €
Algarvia	13 262,40 €	11 429,60 €	14 294,88 €	13 946,02 €	12 828,18 €
São Pedro Nordestinho	16 513,78 €	13 363,10 €	15 089,97 €	17 137,53 €	15 392,26 €
TOTAL	327 082,87 €	311 936,95 €	306 717,11 €	316 381,60 €	298 314,57 €

Serviços associados ao consumo de água

Em simultâneo com o consumo de água, e associado a este, são faturados os seguintes serviços/taxas:

- A tarifa fixa de abastecimento de água, devida em função do intervalo temporal objeto de faturação, do diâmetro do caudal e da tipologia dos utilizadores, sendo expressa em euros por cada trinta dias;
- A taxa de controlo da qualidade da água é uma receita da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos dos Açores - ERSARA e é definida pelo Decreto Legislativo Regional nº 8/2010/A de 5 de março;
- O custo administrativo do aviso de interrupção é devido quando ocorre atraso no pagamento da fatura de água originando o envio do respetivo aviso de interrupção;

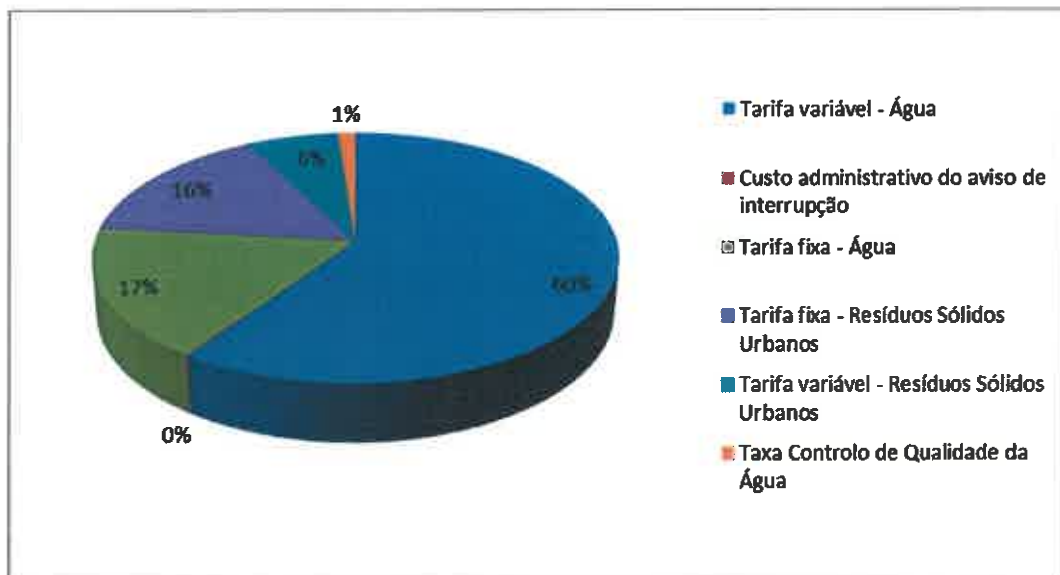
M. Borges
J
RM

- A tarifa fixa de gestão de resíduos sólidos urbanos, devida em função do intervalo temporal objeto de faturação e expressa em euros por cada trinta dias;
- A tarifa variável de gestão de resíduos sólidos urbanos, devida em função quantidade consumida de água.

Valores totais gerais por processamento em 2020

Rúbrica	Valor
Tarifa variável - Água	292 352,57 €
Custo administrativo do aviso de interrupção	637,20 €
Tarifa fixa - Água	82 970,59 €
Tarifa fixa - Resíduos Sólidos Urbanos	76 676,33 €
Tarifa variável - Resíduos Sólidos Urbanos	31 584,91 €
Taxa Controlo de Qualidade da Água	5 839,22 €
TOTAL	490 060,82 €

Peso relativo de cada rúbrica



Serviços Auxiliares

Estes serviços são prestados pela empresa, com carácter conexo com os serviços de águas ou resíduos, mas que pela sua natureza, nomeadamente

pelo facto de serem prestados pontualmente por solicitação do utilizador ou de terceiro, ou de resultarem de incumprimento contratual por parte do utilizador, são objeto de faturação específica;

Valores dos serviços auxiliares em 2020

Serviço	Valor
Serviços/Deteção de fuga/Ait. contrato	722,10 €
Interrupção de ligação definitiva	192,64 €
Restabelecimento e colocação do contador	263,59 €
Análise de projectos de instalações águas	514,80 €
Deslocação de contador	652,19 €
Ramal de ligação de água	1 357,06 €
TOTAL	3 702,38 €

2.2 Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos

A Nordeste Ativo E.M., S.A. é responsável pela recolha dos resíduos sólidos no concelho de Nordeste.

A recolha dos indiferenciados e resíduos reciclados é efetuada porta a porta e é assegurada por duas viaturas especializadas, em circuitos pré-definidos e com a seguinte regularidade:

FREGUESIA	PAPEL	PLÁSTICO	VIDRO	INDIFERENCIADO
Salga	4.º FEIRA	5.º FEIRA	6.º FEIRA	3.º e 6.º FEIRAS
Achadinha	4.º FEIRA	5.º FEIRA	6.º FEIRA	3.º e 6.º FEIRAS
Achada	4.º FEIRA	5.º FEIRA	6.º FEIRA	3.º e 6.º FEIRAS
Santana	4.º FEIRA	5.º FEIRA	6.º FEIRA	3.º e 6.º FEIRAS
Algarvia	4.º FEIRA	5.º FEIRA	6.º FEIRA	3.º e 6.º FEIRAS
S. António	4.º FEIRA	5.º FEIRA	6.º FEIRA	3.º e 6.º FEIRAS
S. Pedro	4.º FEIRA	3.º FEIRA	2.º FEIRA	2.º e 5.º FEIRAS
L. Fazenda	4.º FEIRA	3.º FEIRA	2.º FEIRA	2.º e 5.º FEIRAS
Nordeste	4.º FEIRA	3.º FEIRA	2.º FEIRA	2.º e 5.º FEIRAS

Recolha de Resíduos 2020

MÊS	CENTRO TRIAGEM (R13)				VERMIC. (R3)		ECOCENTRO (R13)				PARQUE VERDES (R3/R13)				ATERRO (D1)			
	PAPEL	VIDRO	PLÁST.METAL	INDF.	INDF.	REEE	METAIS	PL.LAVR.	PLÁSTICOS	MADEIRA	R.BIO (R3)	INDF.	MONSTROS	R.BIO	OUTROS RU			
JANEIRO	7460	9960	8880	111490	710	620	1410	610	0	21020	0	14360	0	3440				
FEVEREIRO	5490	9500	5720	37940	1130	540	830	920	0	5120	0	13300	0	4900				
MARÇO	5120	9210	7220	66770	320	280	3080	290	0	2130	34660	5160	0	3090				
ABRIL	5550	6450	6170	0	0	0	1720	0	0	0	93750	1910	0	1560				
MAIO	4400	9370	5665	0	640	0	1940	180	0	1250	94710	13785	0	0				
JUNHO	7040	10970	6710	38320	250	770	970	220	0	4430	72670	12140	0	1180				
JULHO	6560	13150	7040	140610	1580	30	1940	1210	0	2570	0	16280	0	10640				
AGOSTO	4940	15360	6180	115400	570	1400	1100	1780	0	2210	5710	12120	0	4450				
SETEMBRO	6380	10590	6570	106760	900	1270	3630	1010	0	3980	0	11730	0	7370				
OUTUBRO	4570	10570	7300	98840	830	1070	2070	1560	0	6130	0	12810	0	4610				
NOVEMBRO	5280	8540	6320	93770	680	1230	2840	1850	0	22650	0	8280	0	4640				
DEZEMBRO	7220	8130	6900	94110	950	930	3450	980	0	2600	0	10270	0	6570				
TOTAL	70010	121800	80675	924010	8560	8140	25180	10610	0	74070	301500	132145	0	52450				

R3 — Reciclagem/recuperação de compostos orgânicos que não são utilizados como solventes (incluindo as operações de compostagem e outras transformações biológicas).

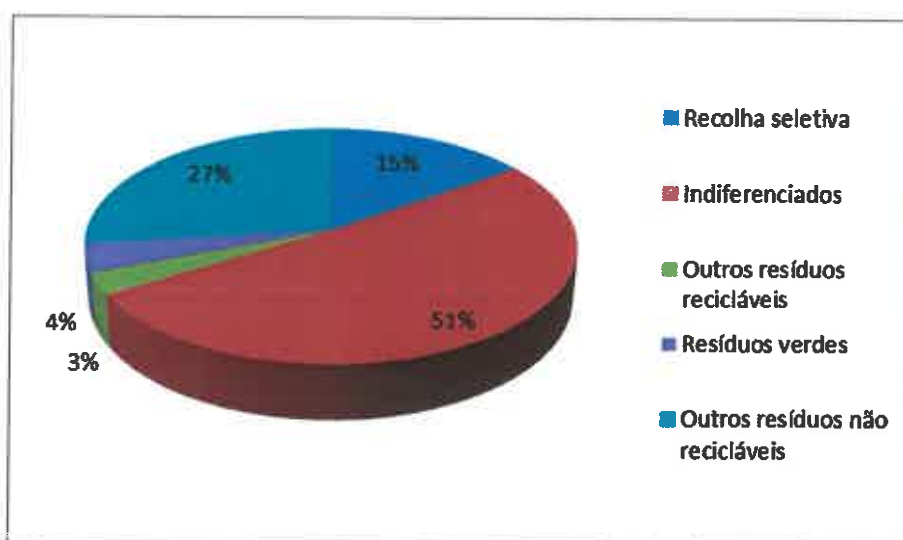
R13 — Acumulação de resíduos destinados a uma das operações enumeradas de R1 a R12 (com exclusão do armazenamento temporário, antes da recolha, no local onde esta é efectuada).

D1 — Deposição sobre o solo ou no seu interior (por exemplo, aterro sanitário, etc.).


 M. Borges



Peso relativo de cada tipo de resíduo



Evolução da recolha de resíduos

Tipo	2019	2020	Varição
Recolha seletiva	273850	272485	-0,50%
Indiferenciados	1255410	924010	-26,40%
Outros resíduos recicláveis	45380	52490	15,67%
Resíduos verdes	21630	74070	242,44%
Outros resíduos não recicláveis	173120	486095	180,79%

A redução nos indiferenciados deveu-se essencialmente a uma reclassificação de uma parte daqueles resíduos em outros resíduos não recicláveis, o que por sua vez provocou um aumento significativo neste último.

Dentro da recolha de resíduos, tem particular importância a recolha dos resíduos recicláveis como o vidro, papel/cartão e o plástico/metals. Para além de ir de encontro à causa ambiental e os objetivos europeus, nacionais e regionais de aumento da reciclagem de resíduos, a nível financeiro também é vantajoso para a empresa, uma vez que os custos com o tratamento destes resíduos é elevado, enquanto que o tratamento dos reciclados não tem qualquer custo.

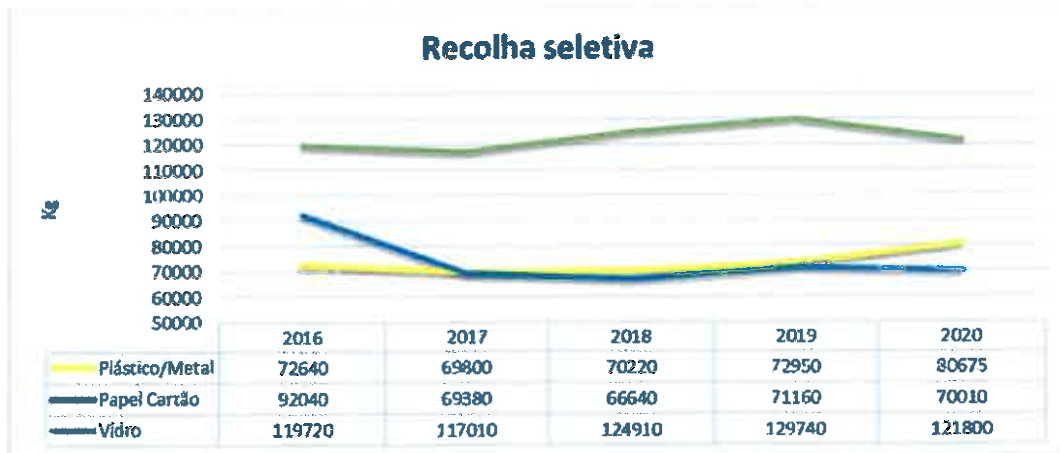
Para promover a separação dos resíduos recicláveis por parte de população, a Nordeste Ativo tem promovido ao longo dos anos várias campanhas de sensibilização e investido no serviço de recolha porta-a-porta bem como na

Handwritten signatures and notes:
 mBorges
 f
 BA

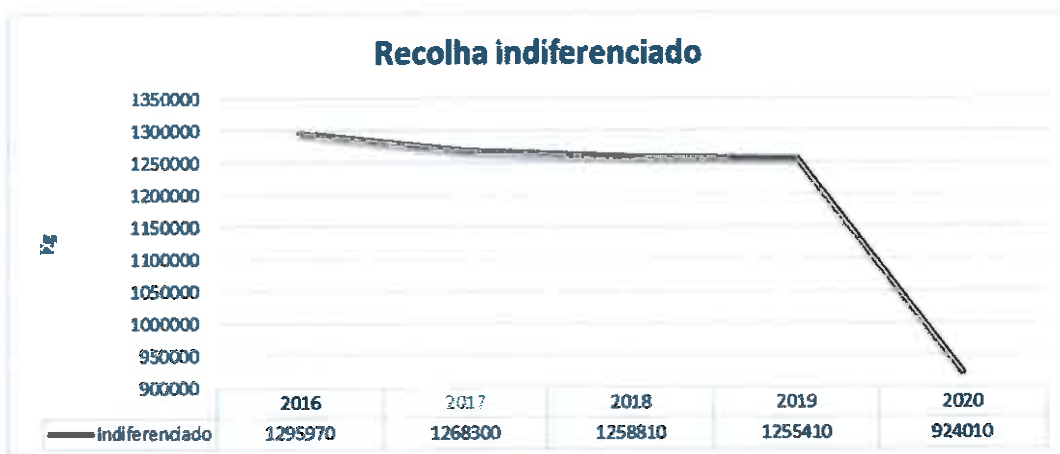
disponibilização à população da contentorização específica para estes resíduos.

Desta forma importa analisar a evolução da recolha destes resíduos, que tem tido um comportamento positivo ao longo dos últimos anos, mas não significativo.

Evolução da recolha seletiva nos últimos 5 anos



Evolução da recolha indiferenciado nos últimos 5 anos



Apesar de se verificar uma tendência positiva ao longo dos últimos 5 anos, com a redução da recolha do lixo indiferenciado e o aumento da recolha de resíduos recicláveis, é imperativo aumentar rapidamente essa tendência positiva de modo a ir ao encontro das metas ambientais nacionais e europeias.

Para melhorar a percentagem de reciclagem no concelho há que continuar a apostar na sensibilização da população e investir nos equipamentos e serviços de recolha seletiva.

3. CLIENTES

3.1 Caracterização

Os clientes da Nordeste Ativo E.M., S.A. são todos os proprietários ou usufrutuários de imóveis ou negócios que residem no concelho de Nordeste e utilizam os serviços de águas, saneamento e recolha de resíduos.

Desta forma a caracterização dos clientes está correlacionada com a população do concelho.

O concelho de Nordeste em termos de população é o mais pequeno da ilha de São Miguel, com uma população em 2011 de 4.920 habitantes, correspondente a cerca de 3,6% da população da ilha. O concelho tem uma área de 101,5Km², cerca de 13,6% da área da ilha de São Miguel e está subdividido em 9 freguesias, conforme quadro abaixo:

Número de habitantes por freguesia

Nordeste	Fazenda	S. Pedro	St. António	Algarvia	Santana	Achada	Achadinha	Salga
1.341	844	273	255	290	475	436	535	488

A nível económico o concelho de Nordeste é relativamente pouco desenvolvido, o que resulta num tecido empresarial reduzido e num baixo poder de compra da população, justificando a posição do Município de não repercutir no consumidor final o custo efetivo da gestão dos sistemas de saneamento, resíduos e abastecimento de água.

Os clientes são divididos por vários tipos de consumidor conforme a atividade exercida.

Handwritten signature: A. Borges
Handwritten signature: [unclear]

Número de clientes por tipo de consumidor

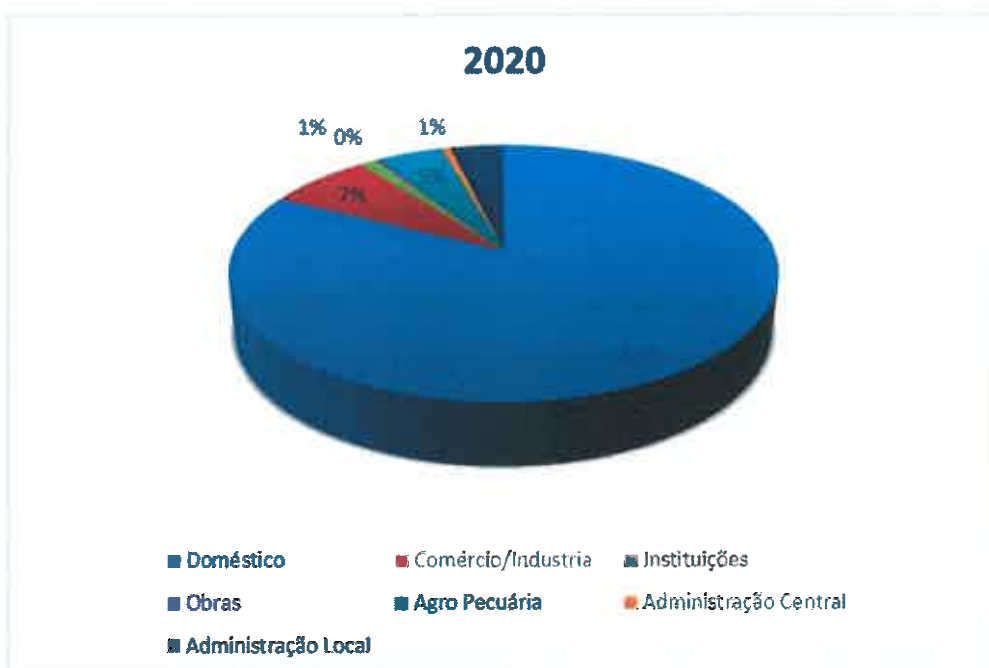
Tipo de Consumidor	2019	2020	Variação
Doméstico	2571	2490	-3,15%
Comércio/Indústria	116	216	86,21%
Instituições	34	34	0,00%
Obras	16	12	-25,00%
Agro Pecuária	116	136	17,24%
Administração Central	17	17	0,00%
Administração Local	112	114	1,79%
TOTAL	3082	3019	-2,04%

Os dados são referentes ao mês de dezembro.

Verificou-se no ano de 2020 um aumento de 37 clientes em relação ao ano anterior.

O aumento significativo verificado no número de consumidores comércio/indústria deveu-se à reclassificação de 93 clientes domésticos com a habitação destinada a Alojamento Local, que segundo parecer da ERSARA emitido em 2020, devem ser considerados como consumidores não domésticos.

Peso relativo de cada tipo de consumidor



3.2 Evolução

A nível demográfico os dados históricos indicam uma tendência de redução da população residente, resultante do envelhecimento da população e da redução da taxa de natalidade, bem como dos fluxos demográficos de migração e emigração. Esta tendência prevê-se que se venha a manter no futuro.

Número de habitantes

1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
11.553	11.180	8.885	6.803	5.490	5.291	4.937

Número de habitantes por grupo etário

	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
0 - 14 anos	3.653	3.961	9.325	s/dados	1.290	1.041	876
15 - 24 anos	2.008	1.707	1.495	s/dados	926	810	638
25 - 64 anos	5.023	4.736	3.585	s/dados	2.317	2.492	2.550
Mais de 65 anos	710	776	870	s/dados	957	948	873

A contrariar a redução do consumo devido à redução da população, está o aumento do fluxo turístico e o aumento de unidades de alojamento e casas de veraneio no concelho. Esta é uma tendência que tem vindo a aumentar desde a liberalização do espaço aéreo nos Açores e é esperado que se mantenha a tendência de crescimento no futuro. No entanto o fluxo turístico apresenta uma atividade muito sazonal, pelo que se espera um aumento do consumo principalmente nos meses de verão.

4. INVESTIMENTOS

Durante o ano de 2020 deu-se continuidade à empreitada de construção da adutora de abastecimento de água à Lomba da Fazenda a partir da nascente das Anieiras. Este projeto tem o objetivo de levar água da Achada para a Fazenda, incluindo o abastecimento ao reservatório da Algarvia e Assomada (São Pedro Nordestinho). A empreitada teve um custo de 995.605,60 mil euros e foi co-financiada em 85% pelos fundos comunitários europeus do programa operacional PO2020.

A Nordeste Ativo entendeu, aproveitar a construção da Adutora e ligar também à adutora as freguesias de Santana, Santo António Nordestinho e o reservatório da Rua Abel Dinis em São Pedro Nordestinho. Com estas ligações

M. Borges
J

extra, estas freguesias ficam providas com uma forma de abastecimento alternativa, caso ocorra alguma interrupção ou falta de água das respetivas nascentes.

J



Foto novo reservatório construído na Freguesia da Fazenda



Foto adutora numa das pontes da Euroscut

Teve início no mês de abril a empreitada de reabilitação do saneamento e abastecimento de água no lugar da Feteira Pequena. Este investimento permitiu eliminar as atuais descargas de águas residuais domésticas não tratadas para a Grotta do Engenho, que atravessa a Feteira Pequena, encaminhando os afluentes para tratamento adequado, e melhorar as

condições de serviço da rede de abastecimento de água nos arruamentos intervencionados.

A empreitada teve um custo de 505.928,49 mil euros e foi co-financiada em 85% pelos fundos comunitários europeus do programa operacional PO2020.



Foto estação elevatória



Foto fossa séptica

M. Borges
[Signature]
[Signature]



Foto arruamento intervencionado

Foi entregue em janeiro o novo veículo de recolha de resíduos sólidos urbanos. A aquisição foi adjudicada em 2019 por 121 mil euros, sendo também participada em 85% pelos fundos europeus do PO2020.

Este veículo destina-se a renovar a frota de veículos de recolha de resíduos.



Foto veículo adquirido

Foi adquirido e implementado um sistema de telemetria para a monitorização de todos os reservatórios da Nordeste Ativo. Este sistema permite enviar um aviso por SMS para os serviços sempre que o nível de água dos reservatórios baixe. Este sistema veio proporcionar maior eficiência nos serviços uma vez que não têm de se deslocar aos reservatórios para verificar os níveis de água, e uma maior rapidez de resposta a qualquer anomalia na rede adutora.



Foto equipamento de telemetria instalado num dos reservatórios

5. RECURSOS HUMANOS

Quadro de pessoal por categoria profissional

Categoria profissional	Nº de colaboradores
Escriturário	2
Assistente Administrativo	1
Assistente Operacional	2
Auxiliar de Serviços Gerais	3
Canalizador	1
Leitor Cobrador	1
Motorista de Pesados	2
Técnico	1
Técnico de 2º	1
Técnico de Contabilidade	1
Gestor	1
Contínuo	1
Servente	3
Estagiário Reativar +	2
TOTAL	22

Handwritten signatures and names:
M. Borges
[Signature]
[Signature]

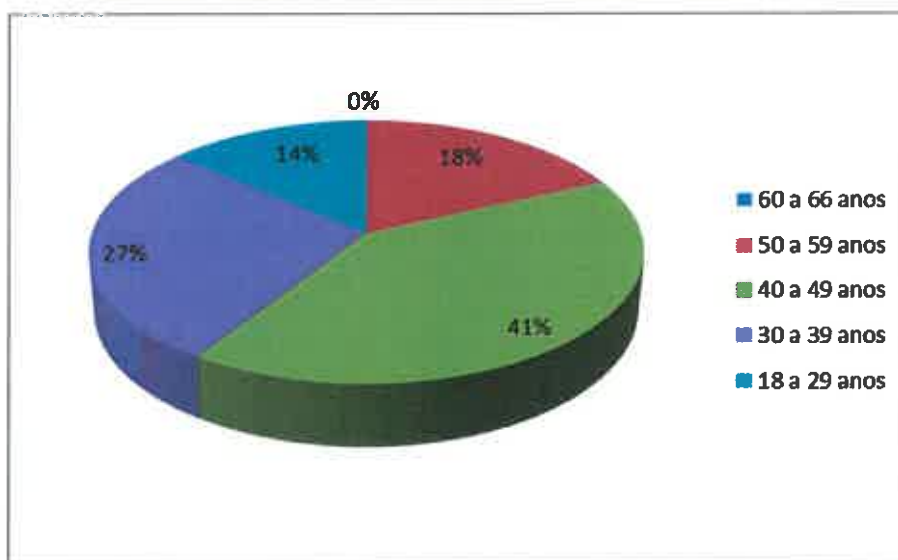
O quadro de pessoal da empresa é formado por 22 colaboradores, sendo 16 do sexo masculino e 6 do sexo feminino.

No ano de 2020 saiu um colaborador e foram admitidos 5 novos colaboradores. Foram admitidos 3 serventes e 2 estagiárias ao abrigo do programa de emprego Reativar +. Este programa financia integralmente o pagamento do vencimento das estagiárias.

Os 3 serventes foram selecionados através de uma entidade externa e independente, que ficou responsável pelas análises das candidaturas, entrevistas e classificação dos candidatos.

Todos os colaboradores têm uma relação de trabalho com a empresa com vínculo de trabalho sem termo à exceção das estagiárias do Programa Reativar + que têm contrato a termo. A média de idade dos colaboradores é de 41 anos e é distribuída da seguinte forma:

Idades	Nº de colaboradores
60 a 66 anos	0
50 a 59 anos	4
40 a 49 anos	9
30 a 39 anos	6
18 a 29 anos	3
TOTAL	22



Evolução dos gastos com pessoal

Rúbrica	2019	2020	Variação
Remuneração dos órgãos sociais	- €	- €	0,00%
Remuneração do pessoal	229 775,59 €	253 000,99 €	10,11%
Encargos sobre as remunerações	49 627,00 €	55 701,45 €	12,24%
Seguros	2 328,58 €	3 011,29 €	29,32%
Gastos de ação social	8 246,80 €	7 768,25 €	-5,80%
Outros gastos com pessoal	100,51 €	1 268,35 €	1161,91%
TOTAL	290 078,48 €	320 758,33 €	10,57%

O aumento de mais de 10% dos gastos com pessoal provêm essencialmente do aumento do número de trabalhadores.

A rúbrica dos gastos de ação social contém essencialmente o custo da prestação de serviços e dispensa de medicamentos aos trabalhadores que a empresa é obrigada a pagar ao Serviço Regional de Saúde, por norma do art. 199 da Lei 114/2017 de 29 de dezembro, do Orçamento do Estado para 2018. Este montante é apurado através da aplicação de um método de capitação, pelo que o seu valor resulta do número de trabalhadores ao serviço da empresa e não do custo efetivo dos serviços prestados àqueles trabalhadores. O valor apurado para este serviço em 2020 foi de 6.440,94€. O restante custo registado na rúbrica gastos de ação social, corresponde ao custo com o serviço de saúde e segurança no trabalho, também este serviço obrigatório por lei.

A rúbrica outros gastos com pessoal disparou em 2020 devido aos custos com aquisição de equipamento de proteção individual devido à pandemia COVID-19 e com custos de formação de trabalhadores.

6. SITUAÇÃO ECONÓMICO FINANCEIRA

6.1 Análise Económica

O resultado líquido do ano de 2020 foi de 5.417,48€ cuja descrição é a seguinte:

Descrição	2019	2020	Variação
Resultados operacionais	94 442,28	71 783,80	-23,99%
Resultados financeiros	-81 750,86	-64 229,48	-21,43%
Resultados antes de impostos	12 691,42	7 554,32	-40,48%
Imposto sobre o rendimento	-2 592,87	-2 136,84	-17,59%
Resultado líquido	10 098,55	5 417,48	-46,35%

M. Borges
[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

A nível do balanço, ocorreu a seguinte evolução:

	2019	2020	Varição
Ativo líquido	3 945 082,53	3 163 727,93	-19,81%
Não corrente	1 663 784,10	2 779 639,89	67,07%
Corrente	2 281 298,43	384 088,04	-83,16%
Capitais Próprios	1 501 064,55	886 760,98	-40,92%
Capital social	50 000,00	50 000,00	0,00%
Passivo	2 444 017,98	2 276 966,95	-6,84%
Não corrente	1 082 203,92	1 733 394,03	60,17%
Corrente	1 361 814,06	543 572,92	-60,08%

Em 2020 foi concluído o processo de reestruturação do passivo com a conversão dos financiamentos de curto prazo em financiamento de longo prazo. Esta operação foi muito importante uma vez que permitiu começar a amortizar a dívida de forma suave e sustentável.

Financiamento bancário	2019	2020	Varição
Não corrente (Longo Prazo)	1 082 173,52	1 733 344,22	651 170,70
Corrente (Curto Prazo)	674 472,72	94 154,53	-580 318,19
TOTAL	1 756 646,24	1 827 498,75	70 852,51

Apesar do endividamento ter subido no último ano, fruto do forte investimento realizado, os custos de financiamento reduziram drasticamente, devido à renegociação dos contratos de financiamento que resultou em taxas de juro mais baixas.

Nos últimos 3 anos foi possível reduzir os custos de financiamento em um terço.

Financiamento	2016	2017	2018	2019	2020
Juros	95 126,89	96 293,70	94 909,86	81 750,86	64 229,48
Dívida bancária	1 580 895,48	1 813 930,00	1 659 697,99	1 756 646,24	1 827 498,75



Foi graças a esta redução dos custos de financiamento que foi possível a criação de novos postos de trabalho.

6.2 Rendimentos

Os rendimentos no ano de 2020 atingiram o montante de 818.449,99€, com a seguinte estrutura:

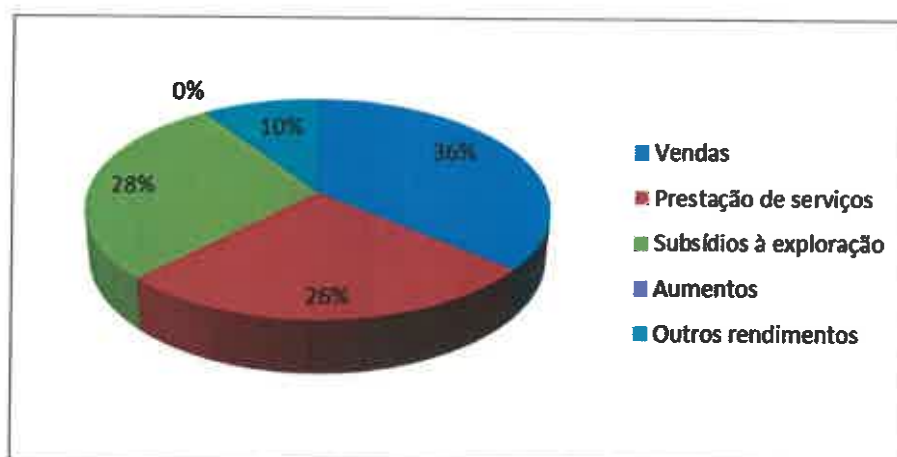
Rendimentos	2019	2020	Varição
Vendas	316 232,61 €	293 922,70 €	-7%
Prestação de serviços	254 198,94 €	215 027,92 €	-15%
Subsídios à exploração	147 091,00 €	231 357,02 €	57%
Aumentos	180,94 €	296,46 €	64%
Outros rendimentos	57 074,33 €	77 845,89 €	36%
TOTAL	774 777,82 €	818 449,98 €	6%

A medida de apoio às famílias e empresas, de isenção das tarifas fixas de água e resíduos nos meses de março, abril e maio, justifica a quebra de 15% na prestação de serviços. No entanto esta medida foi compensada no mesmo valor, através de um subsídio extra à exploração no valor de 52.681,02, o que justifica o aumento de 57% nesta rubrica.

Caso não fosse tomada esta medida excecional, a evolução destes rendimentos seria o seguinte:

Rúbrica	2019	2020	Varição
Prestação de serviços	254 198,94 €	267 708,94 €	5%
Subsídios à exploração	147 091,00 €	178 676,00 €	21%

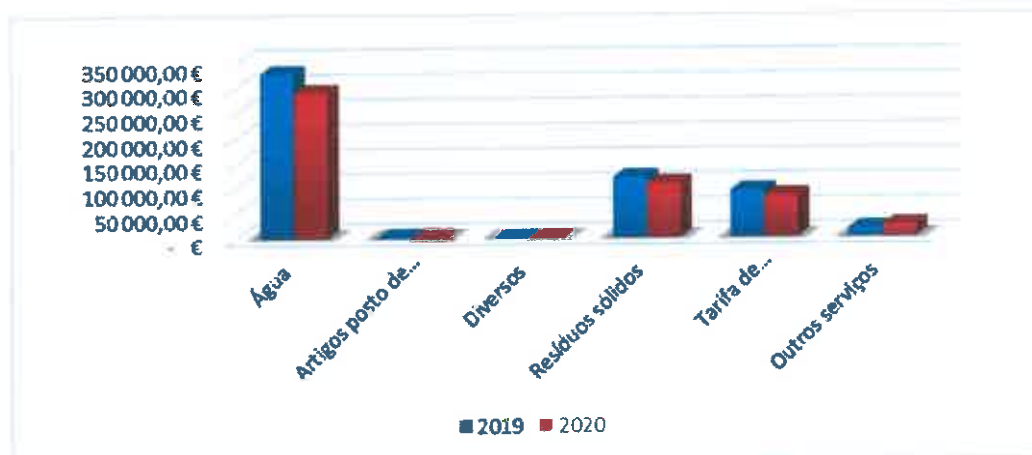
Peso relativo de cada rendimento



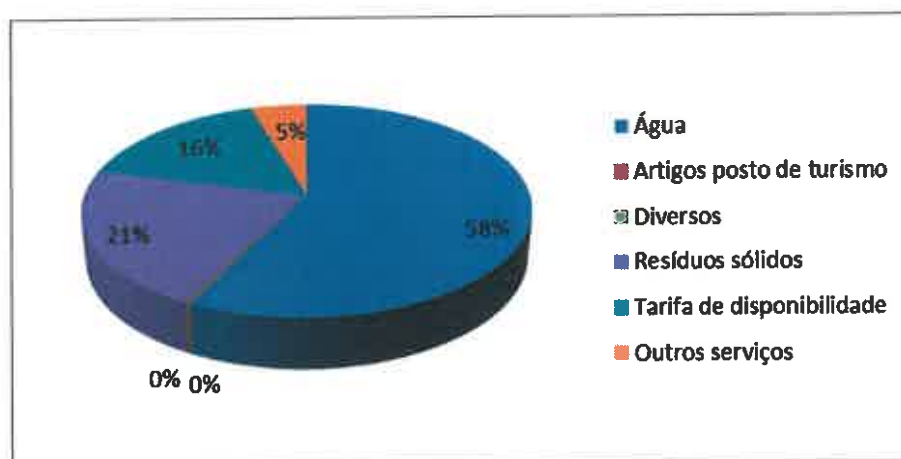
M. Borges
J
RH

A evolução do rédito da empresa detalha-se da seguinte forma:

Rúbrica	2019	2020	Varição
VENDAS			
Água	313 992,67 €	292 331,47 €	-6,90%
Artigos posto de turismo	1 687,06 €	672,96 €	-60,11%
Diversos	552,88 €	918,27 €	66,09%
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS			
Resíduos sólidos	122 828,38 €	108 676,05 €	-11,52%
Tarifa de disponibilidade	112 190,74 €	83 023,73 €	-26,00%
Outros serviços	19 179,82 €	23 328,14 €	21,63%
TOTAL	570 431,55 €	508 950,62 €	-10,78%



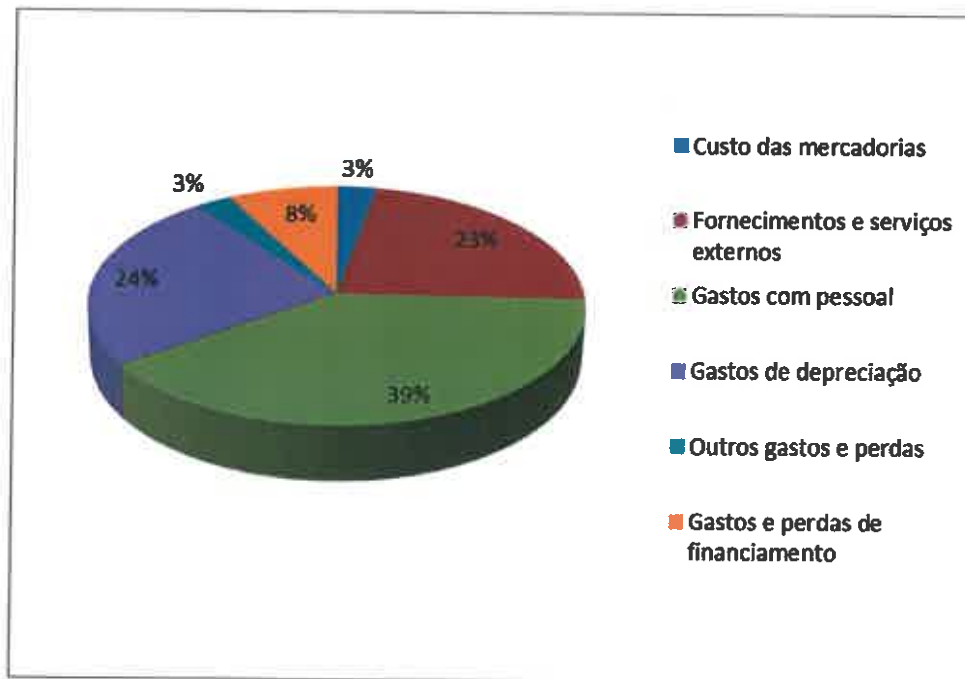
Peso relativo de cada rendimento



6.3 Gastos

Gastos	2019	2020	Varição
Custo das mercadorias	15 957,97 €	22 150,03 €	38,80%
Fornecimentos e serviços externos	193 825,75 €	184 684,83 €	-4,72%
Gastos com pessoal	290 078,48 €	320 750,33 €	10,57%
Gastos de depreciação	178 196,41 €	198 224,88 €	11,24%
Outros gastos e perdas	2 276,93 €	20 856,12 €	815,98%
Gastos e perdas de financiamento	81 750,86 €	64 229,48 €	-21,43%
TOTAL	762 086,40 €	810 895,67 €	6,40%

Peso relativo dos gastos



M. Borges
[Signature]
[Signature]

Fornecimentos e Serviços Externos

Rubrica	2019	2020	Variação
Subcontratos	60 257,67 €	57 500,88 €	-4,58%
Trabalhos especializados	46 434,72 €	37 265,28 €	-19,75%
Publicidade e propaganda	240,72 €	982,00 €	307,94%
Vigilância e segurança	475,50 €	832,16 €	100,00%
Honorários	7 866,72 €	7 866,72 €	0,00%
Conservação e reparação	26 926,99 €	30 383,58 €	12,84%
Serviços bancários	615,76 €	2 515,00 €	308,44%
Serviços especializados	- €	408,31 €	100,00%
Taxas ERSARA	6 080,97 €	6 120,92 €	0,66%
Material de escritório	1 262,28 €	1 995,05 €	58,05%
Artigos para oferta	25,00 €	50,00 €	100,00%
Outros materiais	- €	278,00 €	0,00%
Eletricidade	7 339,15 €	2 307,61 €	-68,56%
Combustíveis	23 854,51 €	24 380,86 €	2,21%
Deslocações e estadas	808,50 €	- €	-100,00%
Rendas e alugueres	615,48 €	307,74 €	-50,00%
Comunicação	6 773,71 €	6 481,49 €	-4,31%
Seguros	3 552,21 €	3 629,09 €	2,16%
Contencioso e notariado	148,00 €	281,50 €	90,20%
Despesas de representação	- €	99,20 €	100,00%
Limpeza, higiene e conforto	407,44 €	744,54 €	82,74%
Outros serviços	140,42 €	254,90 €	81,53%
TOTAL	193 825,75 €	184 684,83 €	-4,72%

Pelo terceiro ano consecutivo foi possível reduzir a rubrica dos fornecimentos e serviços externos, resultado do esforço contínuo na contenção de gastos, obtenção de maior eficiência e procura das melhores condições de compra.



Foi possível reduzir em um terço os custos com fornecimentos e serviços externos nos últimos 3 anos.

6.4 Indicadores Financeiros

Rádios	2019	2020	Varição
Divida líquida financeira	41,89%	66,16%	57,92%
Rendibilidade operacional	47,80%	53,05%	11,00%
Autonomia financeira	38,05%	28,03%	-26,33%
Solvabilidade	61,42%	38,94%	-36,59%

Divida líquida financeira = Passivo MLP / (Passivo MLP + Capital Próprio)

Rendibilidade operacional = EBITDA / Vendas e prestação de serviços

Autonomia financeira = Capital Próprio / Ativo

Solvabilidade = Capital Próprio / Passivo

6.5 Evolução Previsível

O exercício de 2020 marca o segundo ano consecutivo da empresa a apresentar resultados positivos, após dois exercícios consecutivos com resultados negativos.

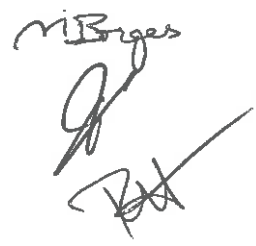
A celebração do contrato de gestão delegada que prevê a atribuição de subsídios à exploração nos primeiros 5 anos, a trajetória de redução dos custos nos últimos 3 anos e a reestruturação do passivo da empresa, deixam a empresa mais sólida e fazem-nos prever que nos próximos anos a empresa continuará a apresentar resultados positivos.

Para 2021, com a propagação do vírus COVID-19 e as medidas para combater a pandemia, a economia continuará débil e muito dependente da vacinação e obtenção da imunidade de grupo para a retoma económica.

No entanto a procura dos bens e serviços da empresa são pouco flexíveis e estão mais relacionadas com fatores meteorológicos, nomeadamente a precipitação, pelo que não é de esperar uma forte redução nas vendas.

A empresa face aos resultados e medidas tomadas em 2019 e 2020, está mais do que nunca preparada para enfrentar os desafios e adversidades que poderão surgir.

A concretização de novos investimentos em 2021 e anos posteriores estará fortemente condicionada ao surgimento de novos programas de co-financiamento europeu.

M. Borges


7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propõe-se que o resultado líquido positivo do exercício de 2020, no valor de 5.417,48€, tenha a seguinte aplicação:

Resultados Transitados.....5.417,48€

8. NOTA FINAL

O Conselho de Administração agradece:

- ✓ à **Câmara Municipal de Nordeste** pela confiança e apoio demonstrados;
- ✓ aos membros da **Assembleia Geral** pela colaboração dispensada;
- ✓ ao **Revisor Oficial de Contas** e **Técnico Oficial de Contas** pela rigor e transparência das nossas contas;
- ✓ à **ERSARA** pelo incentivo à prestação de um serviço de qualidade;
- ✓ aos **Clientes** pela utilização dos nossos serviços;
- ✓ a todos os **Colaboradores** da empresa pelo profissionalismo e dedicação demonstrados;
- ✓ a todos os **Fornecedores** pelo interesse e pela qualidade dos serviços;
- ✓ de forma geral, a todas as **Entidades** que colaboraram connosco no ano de 2020.

Nordeste, 26 de Março de 2020

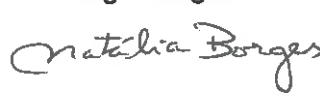
O Conselho de Administração

António Miguel Borges
Scares



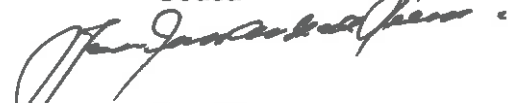
(Presidente do Conselho
de Administração)

Natália de Conceição
Rego Borges



(Vogal)

João de Deus Andrade
Sousa



(Vogal)

Demonstrações Financeiras

Nordeste Ativo E.M., S.A.

NIF: 512088357

Balço em 31 de dezembro de 2020

(em euros)

Rubrica	Notas	2020	2019
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3/6/10	2.717.885,47	1.543.240,30
Propriedades de investimento		-	-
Goodwill		-	-
Ativos intangíveis	3/7	59.415,24	118.812,62
Ativos biológicos		-	-
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial		-	-
Outros investimentos financeiros	3/10	2.339,18	1.731,18
Créditos a receber		-	-
Ativos por impostos diferidos		-	-
Total ativo não corrente		2.779.639,89	1.663.784,10
Ativo corrente			
Inventários	3/9	45.098,88	43.337,13
Ativos biológicos		-	-
Clientes	3/10	88.333,69	99.291,58
Estado e outros entes públicos	3/19	16.491,18	17.045,69
Capital subscrito e não realizado		-	-
Outras créditos a receber	3/10/19	87.362,73	2.009.108,19
Diferimentos	3/19	1.400,61	429,55
Ativos financeiros detidos para negociação		-	-
Outros ativos financeiros		-	-
Ativos não correntes detidos para venda		-	-
Caixa e depósitos bancários	3/4/10	145.400,95	112.086,29
Total ativo corrente		384.088,04	2.281.298,43
Total ativo		3.163.727,93	3.945.082,53
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	5/10/19	50.000,00	50.000,00
Ações (quotas) próprias		-	-
Outros instrumentos de capital próprio		-	-
Prémios de emissão		-	-
Reservas legais	10/19	2.776,34	2.776,34
Outras reservas		-	-
Resultados transitados	19	413.660,47	414.813,61
Excedentes de revalorização		-	-
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	15/19	1.242.227,63	1.853.003,27
Resultado líquido do período	19	5.417,48	10.098,55
Dividendos antecipados		-	-
Interesses que não controlam		-	-
Total capital próprio	19	886.760,98	1.501.064,55
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		-	-
Financiamentos obtidos	3/10/11	1.733.344,22	1.082.173,52
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		-	-
Passivos por impostos diferidos	3/17	49,81	30,40
Outras dívidas a pagar		-	-
Total passivo não corrente		1.733.394,03	1.082.203,92
Passivo corrente			
Fornecedores	3/10	24.304,32	40.662,83
Adiantamentos de clientes		-	-
Estado e outros entes públicos	3/19	8.394,05	9.110,02
Financiamentos obtidos	3	94.154,53	674.472,72
Outras dívidas a pagar	3/10/11/19	416.720,02	637.568,49
Diferimentos		-	-
Passivos financeiros detidos para negociação		-	-
Outros passivos financeiros		-	-
Passivos não correntes detidos para venda		-	-
Total passivo corrente		543.572,92	1.361.814,06
Total passivo		2.276.966,95	2.444.017,98
Total capital próprio e passivo		3.163.727,93	3.945.082,53

Demonstração dos resultados por naturezas em 31 de dezembro de 2020

(em euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	2020	2019
Vendas e serviços prestados	3/13/20	508.950,62	570.431,55
Subsídios à exploração	3/5/15	231.357,02	147.091,00
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3/9	22.150,03	15.957,97
Fornecimentos e serviços externos	19/20	- 184.684,83	- 193.825,75
Gastos com o pessoal	3/5/18/20	- 320.750,33	- 290.078,48
Imparidade de inventários (perdas / reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)			
Provisões (aumentos / reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciáveis/ amortizáveis (perdas / reversões)			
Aumentos / reduções de justo valor	10	296,46	180,94
Outros rendimentos	19	77.845,89	57.074,33
Outros gastos	19	- 20.856,12	- 2.276,93
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		270.008,68	272.638,69
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	3/6	- 198.224,88	- 178.196,41
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas / reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamentos e impostos)		71.783,80	94.442,28
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	3/10/11/19	- 64.229,48	- 81.750,86
Resultado antes de impostos		7.554,32	12.691,42
Imposto sobre o rendimento do período	3/17	- 2.136,84	- 2.592,87
Resultado líquido do período		5.417,48	10.098,55

Fluxos de caixa de 1 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020

(em euros)

Rubrica	Notas	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		695.426,17	707.676,22
Pagamentos a fornecedores		- 258.917,16	- 387.717,49
Pagamentos ao pessoal		- 305.304,82	- 282.001,66
Caixa gerada pelas operações		131.204,19	37.957,07
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		3.310,44	- 1.765,87
Outros recebimentos/pagamentos		1.360.750,29	308.320,25
Fluxos de caixa das atividades operacionais		1.488.644,04	344.511,45
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		- 1.458.264,33	- 125.960,34
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros ativos		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	2.500,00
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros ativos		-	-
Subsídios ao investimento		-	-
Juros e rendimentos similares		-	-
Dividendos		-	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento		1.458.264,33	- 123.460,34
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		917.165,56	1.307.207,39
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Cobertura de prejuízos		-	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		871.674,70	1.351.841,45
Juros e gastos		- 42.235,90	- 67.370,00
Dividendos		-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		320,01	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		2.934,95	- 112.004,06
Variação de caixa e seus equivalentes		33.314,66	109.047,05
Caixa e seus equivalentes no início do período		112.086,29	3.039,24
Caixa e seus equivalentes no fim do período		145.400,95	112.086,29



mBorges



ANEXO

1. Identificação da Entidade

1.1. Designação da entidade

NORDESTE ATIVO E.M., S.A.

1.2. Sede

Rua Dr. Manuel João da Silveira, n.º 1 A, freguesia e concelho de Nordeste

1.3. Natureza da atividade

A NORDESTE ATIVO E.M., S.A. é uma entidade empresarial local de gestão de serviços de interesse geral, pessoa coletiva de direito privado, com natureza municipal e sob a forma de sociedade anónima, constituída em 5 de setembro de 2005. A entidade tem como objeto social:

- a) A gestão e exploração dos sistemas públicos de captação e distribuição de água para consumo público, a recolha, tratamento e rejeição de efluentes, a recolha e deposição de resíduos sólidos urbanos, a higiene pública no concelho do Nordeste;
- b) A promoção e gestão de equipamentos coletivos e prestação de serviços na área da cultura, desporto, turismo e atividades recreativas.

Em complemento daquelas atividades, poderá a Empresa Municipal exercer, diretamente ou em colaboração com terceiros, atividades acessórias ou subsidiárias da exploração e gestão, bem como outros ramos de atividade conexos, incluindo a prestação de serviços, que não prejudiquem a prossecução do seu objeto e que tenham em vista a melhor utilização dos seus recursos disponíveis.

A entidade encontra-se, portanto, registada na Classificação das Atividades Económicas Rev.3 com os códigos 36001 – Captação e Tratamento de Água, como atividade principal, e 38112 – Recolha de Outros Resíduos não Perigosos e 84123 – Administração Pública Atividades de Cultura, Desporto, Recreativas, Ambiente, Habitação e de Outras Atividades Sociais, exceto Segurança Social obrigatória, como atividades secundárias.

1.4. Designação e sede da empresa-mãe final e local onde podem ser obtidas cópias das demonstrações financeiras consolidadas

O capital social da entidade, no valor de 50.000,00€, é totalmente detido pela Câmara Municipal de Nordeste sediada na Praça da República, concelho de Nordeste, local onde pode ser obtidas as demonstrações financeiras consolidadas.

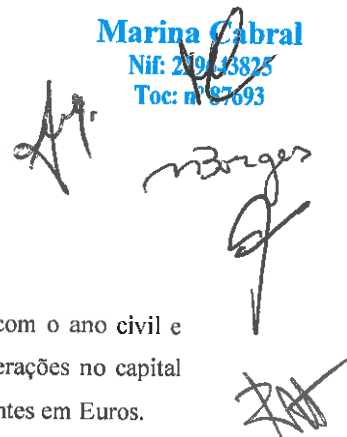
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e da especialização dos exercícios (regime de acréscimo) e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), em conformidade com as disposições em vigor em Portugal, de acordo com o Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2013/34/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, relativo às demonstrações financeiras anuais, às demonstrações financeiras consolidadas e aos relatórios conexos de certas formas de empresas, que altera a Diretiva n.º 2006/43/CE do Europeu e do Conselho, e revoga as Diretivas n.º 78/660/CEE e 83/349/CEE do Conselho, e altera o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística.

Os instrumentos legais do SNC são os seguintes:

- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho, republica o Código de Contas;
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, que aprova os modelos das demonstrações financeiras para as diferentes entidades que aplicam o SNC;
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho, com a homologação da Estrutura Conceptual do Sistema de Normalização Contabilística;
- Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho, com a homologação das Normas contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística;
- Aviso n.º 8258/2015, de 29 de julho, com a homologação das Normas Interpretativas do Sistema de Normalização Contabilística;



As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil e integram o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em Euros.

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas, e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que provocassem efeitos nas demonstrações financeiras, pelo que as mesmas apresentam uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2020, incluídas nas demonstrações financeiras anexas para efeitos comparativos, apresentam-se em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística.

3. Principais Políticas Contabilísticas:

A entidade aplica as suas políticas contabilísticas consistentemente para transações semelhantes, outros acontecimentos e condições, permitindo não só que as demonstrações financeiras proporcionem informação fíável e relevante sobre os efeitos das mesmas na posição financeira, desempenho financeiro e fluxos de caixa, mas também permitindo que tal informação seja comparável ao longo do tempo.

As demonstrações financeiras anexas, elaboradas a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, de acordo com as NCRF, foram preparadas no pressuposto da continuidade.

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das Demonstrações Financeiras:

Os elementos das demonstrações financeiras foram reconhecidos e inscritos no balanço e na demonstração de resultados utilizando as bases de mensuração constantes da Estrutura Conceptual enquanto parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) e de acordo com as disposições de cada NCRF para o efeito.

Ativos fixos tangíveis

Determinado item é reconhecido como ativo quando diga respeito a um recurso controlado pela entidade, como resultado de acontecimentos passados e do qual se espera que fluam para a entidade benefícios económicos futuros.

Os itens do ativo fixo tangível, classificados para reconhecimento como um ativo, são mensurados pelo seu custo que compreende o preço de compra, após dedução dos descontos e abatimentos, e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias de funcionamento. Na mensuração após reconhecimento é utilizado o modelo do custo de acordo com o qual os itens do ativo fixo tangível são escriturados pelo seu custo, deduzido das correspondentes depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, sendo a quantia depreciável dos AFT imputada numa base sistemática pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Existindo algum indício de uma alteração significativa da vida útil de determinado item do AFT é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expetativas.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos do ativo fixo tangível são registados como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gastos.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data da alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

Ativos Intangíveis

Os itens do ativo intangível são classificados para reconhecimento como um ativo se, e apenas se, forem identificáveis. Um ativo satisfaz o critério de identificabilidade na definição de um ativo intangível quando:

- a) For separável, isto é, capaz de ser separado ou dividido da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, seja individualmente ou em conjunto com um contrato, ativo ou passivo relacionado; ou
- b) Resultar de direitos contratuais ou de outros legais, quer esses direitos sejam transferíveis quer sejam separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.

M. Borges
[Handwritten signature]

Um ativo intangível é inicialmente mensurado pelo seu custo que compreende o preço de compra, após dedução dos descontos e abatimentos, e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições necessárias de funcionamento. Na mensuração após reconhecimento é utilizado o modelo do custo de acordo com o qual os itens do ativo intangível são escriturados pelo seu custo, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.

A quantia amortizável de um ativo intangível com uma vida finita é imputada numa base sistemática pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado, cessando na data em que o ativo for desreconhecido.

Um ativo intangível com uma vida indefinida não é amortizado, sendo revistos a cada período os acontecimentos e circunstâncias que apoiam a avaliação de uma vida útil indefinida.

Um ativo intangível é desreconhecido no momento da alienação ou quando não se esperam futuros benefícios económicos do seu uso ou alienação.

Imparidade de ativos

À data de cada relato financeiro, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos. Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica "Imparidade de ativos depreciáveis/ amortizáveis (perdas/ reversões)" ou na rubrica "Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)". caso a mesma respeite a ativos não depreciáveis.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do Ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada Ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as mesmas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados na rubrica supra referida sendo efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores. Não é permitida a reversão de imparidade em instrumentos de capital próprio.

Inventários

Os inventários são ativos (a) detidos para venda no decurso ordinário da atividade empresarial; (b) no processo de produção para tal venda; ou (c) na forma de materiais ou consumíveis a serem aplicados no processo de produção ou na prestação de serviços.

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor realizável líquido. O custo de compra de inventários inclui o preço de compra, direitos de importação e outros impostos (que não sejam os subsequentemente recuperáveis das entidades fiscais pela entidade), os custos de transporte, manuseamento e outros gastos diretamente atribuíveis à respetiva aquisição. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial deduzido de todos os gastos estimados necessários para realizar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados “Perdas por imparidade em inventários” e “Reversões de perdas por imparidade em inventários”.

Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a entidade se torna uma parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Quando um ativo financeiro ou um passivo financeiro é inicialmente reconhecido, uma entidade deve mensurá-lo pelo seu justo valor. Os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro ou à emissão do passivo financeiro devem ser incluídos no justo valor, no caso dos ativos e passivos financeiros cuja mensuração subsequente não seja ao justo valor.

Após o reconhecimento inicial, a mensuração subsequente de ativos e passivos financeiros deverá ser, em cada data de relato, reconhecidas na desmonstração de resultados pelo justo valor, exceto:

- Instrumentos de capital próprio de uma outra entidade que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como derivados que estejam associados a e devam ser liquidados pela entrega de tais instrumentos, os quais devem ser mensurados ao custo menos perdas por imparidade;
- Contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados em base líquida, quando executados, se espera que reúnam as condições para reconhecimento ao custo ou ao custo amortizado

M. Borges
J
RM

menos perdas por imparidade, e a entidade designe, no momento do reconhecimento inicial, para serem mensurados ao custo menos perdas por imparidade;

- Ativos financeiros que a entidade designe, no momento do seu reconhecimento inicial, para ser mensurado ao custo amortizado (utilizando o método da taxa de juro efetiva) menos qualquer perda por imparidade; ou
- Ativos financeiros não derivados a serem detidos até à maturidade, os quais deverão ser mensurados ao custo amortizado.

Um ativo financeiro pode ser designado para ser mensurado ao custo amortizado se satisfizer todas as seguintes condições:

- Seja à vista ou tenha uma maturidade definida;
- Os retornos para o seu detentor sejam i) de montante fixo, ii) de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo a Euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante; e
- Não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo-se os casos típicos de risco de crédito).

Exemplos de instrumentos financeiros que são mensurados ao custo amortizado:

- Clientes e outros créditos a receber ou outras dívidas a pagar, bem como empréstimos bancários;
- Investimentos em obrigações não convertíveis;
- Créditos a receber ou dívidas a pagar em moeda estrangeira, porém, qualquer alteração no montante a pagar ou a receber devido a alterações cambiais é reconhecida na demonstração de resultados;
- Empréstimos a subsidiárias ou associadas que sejam exigíveis; ou
- Um instrumento de dívida que seja imediatamente exigível se o emitente incumprir o pagamento de juro ou de amortização de dívida.

Na categoria de instrumentos financeiros incluem-se os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Clientes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade.

No final de cada período de relato financeiro são analisadas as contas de clientes e outros devedores de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for, é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa e de depósitos bancários, mensurados pelo seu valor nominal, e mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

c) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Custos dos Empréstimos Obtidos

Os custos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício de acordo com o pressuposto do acréscimo na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos. Assim, os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

dy. m. Borges
J
RAT

Rédito

O rédito é o rendimento que surge no decurso das atividades ordinárias de uma entidade, como sejam vendas, prestações de serviços, juros, dividendos e royalties.

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidades concedidos pela entidade, não incluindo impostos liquidados relacionados com a prestação de serviços.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do relato financeiro. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- a) A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- b) Seja provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- c) A fase de acabamento da transação à data do Balanço possa ser mensurada com fiabilidade;
- d) Os custos incorridos ou a incorrer com a transação possam ser mensurados com fiabilidade.

Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para fazer face a custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela Empresa como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. A Empresa não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí

poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornem recebíveis.

Acontecimentos Subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço são aqueles subsequentes, favoráveis e desfavoráveis, que ocorrem entre a data do balanço e a data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, pelo órgão de gestão. Poderão ser identificados dois tipos de acontecimentos: os que dão lugar a ajustamentos e que, como tal, proporcionam prova de condições que existiam à data do balanço; e os que não dão lugar a ajustamentos, sendo indicativos de condições que surgiram após a data do balanço e que, como tal, devem ser divulgados.

Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui

M. Borges

RAK

diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

O imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos, ativos e passivos, são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, a menos que resultem do reconhecimento inicial do *trespasse (goodwill)*, do reconhecimento inicial de um Ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração de atividades empresariais e não afete, no momento da transação, nem o lucro contabilístico (perda contabilística) nem o lucro tributável (perda fiscal).

No final de cada período é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Fluxos de Caixa

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamento de dividendos.

Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, diuturnidades, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídios de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os gastos com férias e subsídio de férias são registados como gasto do período em que os empregados adquirem o direito ao seu recebimento. Em consequência, as responsabilidades com férias e subsídio de férias e correspondentes encargos patronais vencidos e não pagos à data de relato financeiro foram estimados e incluídos na rubrica “Outras dívidas a pagar”.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Diferimentos” ou “Outras dívidas a pagar” ou “Outros créditos a receber”.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes.

Todas as políticas contabilísticas relevantes foram mencionadas no ponto anterior.

3.3. Juízos de valor, excetuando os que envolvem estimativas, que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram mais impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Na preparação das demonstrações financeiras, o órgão de gestão utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

M. Borges
9
RAA

3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da entidade, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

3.5. Principais fontes de incerteza das estimativas que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos durante o período contabilístico seguinte.

Na preparação das demonstrações financeiras anexas a entidade adotou certos pressupostos e estimativas envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte.

Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo órgão de gestão tiveram por base o seu melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas na elaboração de tais estimativas. As alterações às estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras anexas foram as seguintes:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis;
- b) Análise de imparidades, nomeadamente, de créditos a receber;
- c) Gastos com pessoal referentes a férias/ subsídio de férias a pagar no exercício seguinte.

4. Fluxos de Caixa

4.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de Caixa e em Depósitos Bancários

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, “caixa e seus equivalentes” inclui numerário, depósitos à ordem e depósitos a prazo. À data de relato financeiro não existem saldos de caixa e seus equivalentes que

não estejam disponíveis para uso. A quantia escriturada e movimentos do período de caixa e seus equivalentes decompõem-se conforme se apresenta:

	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	189,90	607.857,89	607.889,30	158,49
Depósitos à Ordem	111.896,39	4.791.387,72	4.758.041,65	145.242,46
Outros Depósitos Bancários				
Total de Caixa e Depósitos Bancários	112.086,29	5.399.245,61	5.365.930,95	145.400,95
Dos quais: Depósitos bancários no exterior				

Na divulgação dos fluxos de caixa foi utilizado o método direto, o qual nos dá informação acerca das componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos da entidade.

5. Partes relacionadas

Uma parte está relacionada com uma entidade se:

(a) Direta, ou indiretamente através de um ou mais intermediários, a parte:

- Controlar, for controlada por ou estiver sob o controlo comum de uma entidade;
- Tiver um interesse na entidade que lhe confira influência significativa sobre a mesma; ou
- Tiver um controlo conjunto sobre a entidade.

(b) A parte for uma associada ou um empreendimento conjunto em que a entidade seja o empreendedor de acordo com a NCRF 13 – Interesses em empreendimentos conjuntos e interesses em associadas; ou

(c) A parte for membro do pessoal chave da gestão da entidade ou da sua empresa-mãe.

5.1. Relacionamento com empresas-mãe

A Nordeste Ativo E.M., S.A. é detida em 100% pela Câmara Municipal de Nordeste, contribuinte número 512 042 659, sediada na Praça da República, concelho de Nordeste, sendo as demonstrações financeiras consolidadas na mesma. A empresa-mãe imediata é a controladora final tendo a obrigatoriedade de elaborar demonstrações financeiras que são disponibilizadas para uso público.

Am Borges
J

RA

As entidades que participam no capital da entidade declarante e as entidades em que a mesma participa apresentam-se, resumidamente, com as seguintes características:

Entidades que participam no capital da empresa declarante

NIF	512 042 659
Denominação	Câmara Municipal de Nordeste
Sede	Praça da República, Nordeste
Participação imediata no capital social - valor	50,000.00 €
Participação imediata no capital social - %	100%
Participação de direitos de voto - %	100%
Data de início da participação no capital da empresa	05-09-2005
É a entidade controladora final?	Sim

Entidades em que a empresa declarante participa

NIF	512 092 095
Denominação	Gedernor - Construção e Gestão de Equipamentos Desportivos e Turísticos do Nordeste, S.A.
Sede	Rua António Alves de Oliveira, 46, Nordeste
Natureza da relação	Associada
Consolidação de Contas do Grupo	Sim
Método de Consolidação de Contas	Método de Equivalência Patrimonial
Capital Próprio	Sem informação financeira
Resultado Líquido do último exercício	Sem informação financeira
Participação imediata no capital social - valor	24,500.00 €
Participação imediata no capital social - %	49%
Participação de direitos de voto - %	49%
Data de início da participação no capital da empresa	23-09-2005

Até à data em que as demonstrações financeiras anexas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão não houve acesso a qualquer informação financeira da participada Gedernor, S.A., atualmente em situação de insolvência.

5.2. Transações entre partes relacionadas

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 as transações de natureza comercial e os saldos pendentes com partes relacionadas eram, resumidamente, os que se apresentam:

	Rubrica	Empresa-mãe - CMN	Associada - Gedernor
2020	Serviços Obtidos	-	-
	Serviços Prestados	104.035,36	
	Subsídios à Exploração Obtidos	231.357,02	
	Contas a Pagar Correntes	33.870,00	
	Contas a Receber Correntes	5.642,04	282.013,31
2019	Serviços Obtidos	-	-
	Serviços Prestados	50.580,48	-
	Subsídios à Exploração Obtidos	147.091,00	-
	Contas a Pagar Correntes	33.870,00	-
	Contas a Receber Correntes	4.126,15	282.013,31

No exercício de 2015 foi reconhecida a imparidade dos saldos devedores da Associada Gedernor, S.A. considerando a situação de insolvência em que se encontra. Por decisão da Administração da empresa, aquele ajustamento foi levado a resultados transitados.

6. Ativos Fixos Tangíveis

6.1. Divulgações sobre Ativos Fixos Tangíveis




a) Bases de mensuração usadas para determinar a quantia escriturada bruta

Os itens do ativo fixo tangível, classificados para reconhecimento como um ativo, são mensurados pelo seu custo que compreende o preço de compra, após dedução dos descontos e abatimentos, e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida.

Na mensuração após reconhecimento é utilizado o modelo do custo de acordo com o qual os itens do ativo fixo tangível são escriturados pelo seu custo deduzido de qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

b) Métodos de depreciação usados

As depreciações são calculadas após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, sendo a quantia depreciável dos ativos fixos tangíveis imputada numa base sistemática pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As depreciações do exercício, no

montante de 138.827,50€ (118.799,03€ em 2019) foram registadas na rubrica “Gastos de depreciação e de amortização”.

c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas

As vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho. Para bens de investimento de valor reduzido (inferior a 1.000,00€) assumiu-se a vida útil de um ano.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Ativo fixo tangível	Vida útil estimada
Terrenos e Recursos Naturais	n/a
Edifícios e Outras Construções	Entre 4 e 50 anos
Equipamento Básico	Entre 4 e 50 anos
Equipamento de Transporte	Entre 4 e 10 anos
Equipamento Administrativo	Entre 3 e 8 anos
Outros Ativos Fixos Tangíveis	Entre 3 e 10 anos

d) Quantia escriturada bruta e depreciações acumuladas. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.

	Descrição	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Equipamento Administrativo	Outros AFT	AFT em curso	Total
1	Quantia bruta escriturada inicial	184.054,50	947.214,95	473.659,01	478.463,62	17.953,10	30.263,11	489.326,17	2.620.934,46
2	Depreciações acumuladas iniciais		308.912,10	310.303,25	415.632,66	17.953,10	24.893,05		1.077.694,16
3	Perdas por imparidade acumuladas iniciais								-
4	Quantia líquida escriturada inicial (4= 1-2-3)	184.054,50	638.302,85	163.355,76	62.830,96	-	5.370,06	489.326,17	1.543.240,30
5	Movimentos do período: (5=5.1-5.2+5.3+5.4+5.5+5.6)	-	1.449.062,12	98.678,55	41.297,21	-	1.113,79	330.684,50	1.174.645,17
5.1	Total das adições	-	1.501.534,09	142.623,08	-	-	-	-	1.644.157,17
Adições	Aquisições em 1.ª mão		1.501.534,09	142.623,08					1.644.157,17
	Aquisições através de concentrações de actividades empresariais								-
	Outras aquisições								-
	Estimativa de custos de desmantelamento e remoção								-
	Trabalhos para a própria entidade								-
	Acréscimo por revalorização								-
Outras								-	
5.2	Total das diminuições	-	52.471,97	43.944,53	41.297,21	-	1.113,79	330.684,50	469.512,00
Diminuições	Depreciações		52.471,97	43.944,53	41.297,21		1.113,79		138.827,50
	Perdas por imparidade								-
	Alienações								-
	Abates								-
	Outras							330.684,50	330.684,50
5.3	Reversões de perdas por imparidade								-
5.4	Transferências de AFT em curso								-
5.5	Transferências de/para activos não correntes detidos para venda								-
5.6	Outras transferências								-
6	Quantia líquida escriturada final (6=4+5)	184.054,50	2.087.364,97	262.034,31	21.533,75	-	4.256,27	158.641,67	2.717.895,47
7	Quantia da garantia de passivos e/ou titularidade restringida								-

As obrigações financeiras por locações de ativos fixos tangíveis são garantidas pela entrega de livrança a favor do Locador, com montante e data de vencimento em branco, ficando o locador com a faculdade de proceder ao respetivo preenchimento de acordo com o estipulado na Autorização de Preenchimento de Livrança.

À data de relato financeiro a empresa apresentava um saldo de 158.641,67€ (489.326,17€ em 2019) em investimentos em curso discriminado como se apresenta:

i)	Construção da Adutora da Tronqueira	67.737,50€
ii)	Construção de Reservatório na Vila do Nordeste	6.405,62€
iii)	Execução de Estações de Tratamento de Água	30.780,00€
iv)	Redes de drenagem da lomba de Santana	8.300,00€
v)	Saneamento águas residuais de Santo António	12.500,00€
vi)	Saneamento básico/condutas Rua Arraiado da Lomba da Fazenda	3.100,00€;
vii)	Saneamento básico/ Pavimentos da Salga	14.500,00€;
viii)	Saneamento águas residuais domésticas e construção da estação da Vila de Nordeste	6.600,00€

O Conselho de Administração continua a manifestar intenção de investimento em cada projeto em curso.

M. Borges

RAA

7. Ativos Intangíveis

a) Bases de mensuração usadas para determinar a quantia escriturada bruta

Os itens do ativo intangível, classificados para reconhecimento como um ativo, são mensurados pelo seu custo que compreende o preço de compra, após dedução dos descontos e abatimentos, e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições necessárias de funcionamento. Na mensuração após reconhecimento é utilizado o modelo do custo de acordo com o qual os itens do ativo intangível são escriturados pelo seu custo, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.

b) Métodos de depreciação usados

A quantia amortizável de um ativo intangível com uma vida finita é imputada numa base sistemática pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado, cessando na data em que o ativo for desreconhecido.

c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas

As vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Ativo intangível	Vida útil estimada
Programas de Computador	3 anos
Projetos de desenvolvimento	3 anos

d) Quantia bruta escriturada e qualquer amortização acumulada no começo e fim do período e reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as alienações, os abates e as amortizações:

Descrição	Programas de Computador	Projetos de Desenvolvimento	Total	
Com vida útil indefinida:				
1	Quantia bruta escriturada inicial			
2	Perdas por imparidade acumuladas			
3	Quantia líquida escriturada final			
Com vida útil finita:				
4	Quantia bruta escriturada inicial	10.266,00	178.210,00	188.476,00
5	Amortizações acumuladas iniciais	10.266,00	59.397,38	69.663,38
6	Perdas por imparidade acumuladas iniciais			
7	Quantia líquida escriturada inicial (7= 4-5-6)		118.812,62	118.812,62
8	Movimentos do período: (8=8.1-8.2+8.3+...+8.6)		(59.397,38)	(59.397,38)
8,1	Total das adições			
8,2	Total das diminuições		59.397,38	59.397,38
Diminuições	Amortizações		59.397,38	59.397,38
	Perdas por imparidade			
	Alienações			
	Abates			
	Outras			
8,3	Reversões de perdas por imparidade			
8,4	Transferências de intangíveis em curso			
8,5	Transferências de/para activos não correntes detidos para venda			
8,6	Outras transferências			
9	Quantia líquida escriturada final (9=7+8)		59.415,24	59.415,24
10	Quantia da garantia de passivos e/ou titularidade restringida			

8. Interesses em Empreendimentos Conjuntos e Investimentos em Associadas

8.1 Investimentos em associadas

O investimento na associada Gedernor, S.A. foi, inicialmente, registado pelo seu custo e, posteriormente, por indicação do Conselho de Administração, desreconhecido com reflexo nos capitais próprios na rubrica “ajustamentos em activos financeiros”, na sequência dos resultados apresentados nos últimos exercícios económicos e, conseqüentemente, do valor do seu capital próprio. A quota-parte nas perdas foi reconhecida até ao montante do investimento efetuado sem que se tenha reconhecido perdas adicionais uma vez que não se verificaram condições que o justificassem.

Até à data em que as demonstrações financeiras anexas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão não houve acesso a qualquer informação financeira da participada Gedernor, S.A., atualmente em situação de insolvência.

H. Borges

RAA

a) Informação sobre as quantias escrituradas e movimentos no período decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial

A participada tem registado resultados líquidos insuficientes sem que outras alterações no seu capital próprio se tenham verificado a ponto de o mesmo se tornar positivo, pelo que não se verificaram quaisquer movimentos no período decorrentes da aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, mantendo-se a participação com valor nulo.

9. Inventários

9.1. Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O custo inclui o preço de compra, o transporte e outros gastos diretamente atribuíveis à respetiva aquisição. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os gastos estimados necessários para realizar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados “Perdas por imparidade em inventários” e “Reversões de perdas por imparidade em inventários”. Os inventários são mensurados ao custo médio de aquisição.

9.2. Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas; Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período; Quantia de ajustamento de inventários reconhecida como um gasto do período

Descrição	2020			2019		
	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Total	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Total
Inventários iniciais	129,76	43.207,37	43.337,13	214,75	36.389,83	36.604,58
Compras	1.366,62	22.545,16	23.911,78	1.766,52	20.924,00	22.690,52
Reclassificação e regularização de Inventários						
Inventários finais	129,76	44.969,12	45.098,88	129,76	43.207,37	43.337,13
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	1.366,62	20.783,41	22.150,03	1.851,51	14.106,46	15.957,97
Outra informação relativa a mercadorias, matérias primas, subsidiárias e de consumo:						
Ajustamentos/perdas por imparidade do período em inventários						
Ajustamentos/perdas por imparidade acumuladas em inventários						
Reversão de ajustamentos/perdas por imparidade do período em inventários (negociantes)						
Inventários dados como penhor de garantia a passivos						
Mercadorias em trânsito						
Adiantamentos por conta de compras						
Quantias (líquidas) escrituradas de inventários	129,76	44.969,12	45.098,88	129,76	43.207,37	43.337,13

10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

10.1 Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a entidade se torna uma parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade.

10.2 Quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros de entre cada categoria.

a) Clientes

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Nos exercícios de 2020 e 2019 não foram registadas perdas e reversões de imparidade, como se pode verificar no quadro abaixo:

Descrição	2020			2019		
	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	TOTAL	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	TOTAL
Dívidas a receber de clientes	-	-	-	-	-	-
Outras dívidas a receber	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

À data de relato financeiro o saldo de clientes totalizava 88.333,69€ (99.291,58€ em 2019) incluindo clientes de cobrança duvidosa que apresentam os seguintes montantes:

Descrição	Valor
Em mora:	
Há menos de seis meses	
Há mais de seis meses e até doze meses	
Há mais de doze meses e até dezoito meses	
Há mais de dezoito meses e até vinte e quatro meses	
Há mais de vinte e quatro meses	296.966,00
Perdas por imparidade acumuladas	- 296.966,00
TOTAL	-

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa e de depósitos à ordem e a prazo registados pelo seu valor nominal, conforme se apresenta:

[Handwritten signature]

Descrição	2020	2019
Caixa e depósitos bancários		
Ativos		
Caixa	158,49	189,90
Depósitos Bancários	145.242,46	111.896,39
Outros Depósitos Bancários		
Total	145.400,95	112.086,29

c) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

À data de relato financeiro o saldo de fornecedores totalizava 24.304,32€ (40.662,83€ em 2019).

d) Decomposição dos instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 os instrumentos financeiros apresentavam, resumidamente, a seguinte decomposição:

Descrição	2020				2019		
	Justo Valor através de resultados	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidades acumuladas	Justo Valor através de resultados	Mensurados ao custo amortizado	Imparidades acumuladas
Activos Financeiros:	2.339,18	175.696,42	-	296.966,00	1.731,18	2.108.399,77	286.533,85
Clientes		88.333,69		296.966,00		99.291,58	286.533,85
Outros créditos a receber		87.362,73				2.009.108,19	
Outros investimentos financeiros	2.339,18				1.731,18		
Passivos Financeiros:	-	2.268.523,09	-	-	-	2.434.877,56	-
Fornecedores		24.304,32				40.662,83	
Financiamentos obtidos		1.827.498,75				1.756.646,24	
Outras dívidas a pagar		416.720,02				637.568,49	

e) Outros Investimentos Financeiros

Os montantes incluídos na rubrica de “outros investimentos financeiros” respeitam ao Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) criado pela Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto e mensurado ao justo valor, com as respetivas variações reconhecidas em resultados na rubrica de “aumentos/ reduções de justo valor”.

Para valorização considerou-se o valor das unidades de participação divulgado pela entidade gestora do fundo assumindo-o como referencial prático para o efeito, à data de 31/12/2020:

Descrição	Entregas FCT	Valor Unitário do Fundo a 31/12/2020	Valorização FCT
Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) até 31/12/2020	2.042,72	1,14513	2.339,18
TOTAL	2.042,72		2.339,18

À data de relato financeiro a rubrica de “aumentos/reduções de justo valor” apresentava, resumidamente, a seguinte decomposição:

Descrição	2020		2019	
	Perdas por Redução do Justo Valor	Ganhos por Aumento do Justo Valor	Perdas por Redução do Justo Valor	Ganhos por Aumento do Justo Valor
Outro Investimentos Financeiros:				
Fundo de Compensação do Trabalho (FCT)		296,46		180,94
Total		296,46		180,94

Considerando que a quantia da eventual valorização gerada pelas aplicações financeiras dos valores do FCT só é considerada gasto/ rendimento para efeitos tributários no momento do reembolso à entidade empregadora, há lugar ao reconhecimento de impostos diferidos que à data de relato financeiro apresentavam a seguinte decomposição:

	2020	2019
Aumento de justo valor	296,46	180,94
Redução de justo valor		
	296,46	180,94
Passivo por Impostos diferidos	- 49,81	- 30,40
Ativo por Impostos diferidos		

f) Financiamentos Obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo pelo custo. O valor dos empréstimos contraídos e reconhecidos à data do balanço era o que se apresenta:

Ag.
Borges
R
R

Descrição	Valor atual do empréstimo		Custos de empréstimos obtidos anuais	Dos quais Juros Suportados
	Corrente	Não Corrente		
Empréstimos genéricos:				
Instituições de crédito e sociedades financeiras	94.154,53	1.733.344,22	64.229,48	51.594,48
Mercado de valores mobiliários				
Participantes de capital:				
Empresa-mãe - suprimentos e outros mútuos				
Outros participantes - suprimentos e outros mútuos				
Dos quais: Empresas participantes				
Subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos				
TOTAL	1.827.498,75		64.229,48	51.594,48
Dos quais: não residentes				

Os movimentos registados no exercício relacionados com o reforço e/ou amortização de financiamentos obtidos foram os que, resumidamente, se apresentam:

Descrição	Quantia escriturada inicial	Reforços	Amortizações	Quantia escriturada final
Contas Correntes Caucionadas:				
Santander Totta				
Novo Banco dos Açores, S.A.				
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	580.000,00		580.000,00	
Empréstimos ao Investimento:				
Santander Totta	77.916,73		9.166,66	68.750,07
Caixa Económica Montepio Geral, S.A.	138.568,08		138.568,08	
Santander Totta	14.660,50		9.702,85	4.957,65
NB Açores n.º 2371	16.295,59		1.905,57	14.390,02
NBA Fin. n.º 001619000015387	800.000,00		40.175,15	759.824,85
Crédito Agrícola 56068407833 (3950812)	129.205,34	43.754,59		172.959,93
NBA n.º 0770003010	650.000,00		15.764,33	634.235,67
Crédito Agrícola 56070268323		172.380,56		172.380,56
Total	2.406.646,24	216.135,15	795.282,64	1.827.498,75

De acordo com a Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal com referência a 31 de dezembro de 2020 o valor das garantias prestadas, por instituição bancária era de:

- Banco Santander Totta S. A. 46.500,00€
- Banco Santander Totta S. A. 181.500,00€

- Novo Banco dos Açores S. A.	150.028,00€
- Novo Banco dos Açores S. A.	800.000,00€;
- Novo Banco dos Açores S. A.	650.000,00€
- Novo Banco dos Açores S. A.	109.500,00€;
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo dos Açores, CRL	173.138,93€

10.3 Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização

Em 31 de dezembro de 2020 o capital da entidade, totalmente subscrito e realizado, no valor de 50.000,00€ era composto por cinquenta mil ações ordinárias com o valor nominal de um euro cada.

1) Reserva Legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual positivo tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que a mesma represente 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de dezembro de 2020 a reserva legal ascendia a 2.776,34€ (2.776,34€ em 2019).

11. Custos dos Empréstimos Obtidos

11.1. Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos

Os custos com empréstimos obtidos, apurados de acordo com a taxa de juro efetiva, são reconhecidos como gasto na demonstração de resultados do exercício de acordo com o pressuposto do acréscimo.

11.2. Quantia de custos de empréstimos obtidos anual suportada

No período de relato financeiro os custos anuais suportados com financiamentos obtidos, reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam na rubrica “Juros e gastos similares suportados” de acordo com o pressuposto do acréscimo, foram os que se apresentam:

At *Borges*
J
RA

Descrição	2020	2019
Juros Suportados	51.594,06	64.796,15
Outros Gastos de Financiamento	12.635,42	16.954,71
Total	64.229,48	81.750,86

12. Locações

12.1. Locações financeiras

a) Quantia escriturada líquida à data do balanço, para cada categoria de ativo.

À data do relato financeiro, a quantia escriturada líquida de cada categoria de ativo adquirido em regime de locação decompõe-se da seguinte forma:

Quantia escriturada	Activos Fixos Tangíveis
Quantia bruta escriturada inicial	11.040,13
Depreciações acumuladas	11.040,13
Perdas por imparidades e reversões	
Quantia líquida escriturada final	-

b) Reconciliação entre o total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço, e o seu valor presente para cada um dos seguintes períodos:

	Pagamentos futuros	Activos Intangíveis	Activos Fixos Tangíveis	Total
5	Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço:			
5	Até um ano			
5	De um a cinco anos			
5	Mais de cinco anos			
6	Valor presente do total dos futuros pagamentos mínimos da locação:			
6	Até um ano			
6	De um a cinco anos			
6	Mais de cinco anos			
7	Rendas contingentes reconhecidas como gasto do período			
8	Total dos futuros recebimentos mínimos de sublocação à data do balanço			
9	Valor dos pagamentos reconhecidos como gastos do período			

c) Responsabilidades refletidas na demonstração da posição financeira da entidade.

Em 31 de dezembro de 2020 não há relativas a locações financeiras.

13. Rédito

13.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito, incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços.

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidades concedidos pela entidade, não incluindo impostos liquidados relacionados com a prestação de serviços.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do relato financeiro.

Os restantes rendimentos são registados de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

13.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período.

O rédito reconhecido pela entidade nos exercícios de 2020 e 2019 detalha-se como se apresenta:

Rubricas	2020	2019
Vendas		
Água	292.331,47	313.992,67
Valorização Resíduos		
Artigos Posto Turismo	672,96	1.687,06
Diversos	918,27	552,88
Serviços		
Resíduos Sólidos	108.241,40	122.828,38
Tarifa Disponibilidade	83.076,24	112.136,97
Deposição Resíduos		
Outros Serviços	23.710,28	19.233,59
TOTAL	508.950,62	570.431,55

14. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

14.1. Passivos contingentes à data do Balanço

A. Borges

RAA

No decurso do exercício de 2014 a entidade tornou público, de harmonia com a deliberação do Conselho de Administração, que iria proceder à alienação e arrematação em Hasta Pública da participação social, correspondente a 49%, de que é titular na empresa Gedernor – Construção e Gestão de Equipamentos Desportivos, Recreativos e Turísticos do Nordeste, S.A.

Em 28 de janeiro de 2015 a Gedernor – Construção e Gestão de Equipamentos Desportivos, Recreativos e Turísticos do Nordeste, S.A. apresenta a sentença de declaração de insolvência e nomeia o administrador judicial no processo de insolvência. Contudo, por decisão do Conselho de Administração, tendo por base o seu melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como a experiência adquirida até então, no exercício de 2014 não foram considerados créditos de cobrança duvidosa.

Em 2015 os saldos da Gedernor, S.A., cliente c/c (280.637,86€) foram considerados de cobrança duvidosa, tendo sido reconhecida a respetiva imparidade a 100% através de resultados transitados, de acordo com a decisão do Conselho de Administração.

15. Subsídios do Governo e Apoios do Governo

15.1. Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras.

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando haja segurança de que a entidade cumprirá as condições a eles associadas e os mesmos serão, efetivamente, recebidos.

Os subsídios do Governo são reconhecidos como rendimentos numa base sistemática durante o período necessário para serem “balanceados” com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem.

Os subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis são, inicialmente, contabilizados no capital próprio. Subsequentemente, os subsídios relacionados com ativos depreciables são imputados como rendimentos durante a vida do ativo, os subsídios relacionados com ativos não depreciables são mantidos no capital próprio, a menos que se reconheça uma perda por imparidade do ativo, sendo, neste caso, transferidos para rendimentos pela parcela necessária para compensar a perda por imparidade.

A contabilização dos subsídios do Governo no capital próprio implica o reconhecimento de um ajustamento em subsídios, no montante correspondente ao imposto a que estarão sujeitos quando reconhecido o rendimento, evitando, desta forma, uma distorção do capital próprio. Este ajustamento é debitado diretamente no capital próprio por contrapartida de uma conta de credores diversos, conforme entendimento da Comissão de Normalização Contabilística, de abril de 2013. Assim sendo, à data de 31 de dezembro de 2020 e de 31 de

dezembro de 2019 a entidade apresentava os seguintes montantes de subsídios ao investimento e respetivo ajustamento:

	2020	2019
Subsídios ao Investimento	1.550.462,22	2.298.045,62
Ajustamentos em Subsídios	- 283.734,59	- 420.542,35
Total de "Outras variações no capital próprio"	1.266.727,63	1.877.503,27

De acordo com a redação da Lei n.º 82 B/2014, de 31 de dezembro, a taxa de IRC passa a ser de 21% com uma redução de 20% aplicável à RAA e prevista no artigo 31.º do Decreto Legislativo Regional n.º 2/2014/A que altera o Decreto Legislativo Regional n.º 2/99/A, de 20 de janeiro. Desta forma, os ajustamentos em subsídios foram reconhecidos à taxa de 16,80%, aplicável a partir de 1 de janeiro de 2015.

15.2. Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que diretamente a entidade beneficiou.

A entidade tem vindo a beneficiar de subsídios atribuídos ao abrigo do Proconvergência que são reconhecidos nas demonstrações financeiras com o detalhe que se apresenta:

Descrição	Subsídios do Estado e outros entes públicos		Saldo Final
	Valor atribuído no período ou em períodos anteriores	Valor imputado ao período	
1 Subsídios relacionadas com activos/ao investimento (1=1.1+1.2+1.3)	1.610.317,33	59.855,11	1.550.462,22
1,1 Activos fixos tangíveis (1.1=1.1.1+1.1.2+...+1.1.7)	1.610.317,33	59.855,11	1.550.462,22
1.1.1 Terrenos e recursos naturais	25.500,00		25.500,00
1.1.2 Edifícios e outras construções	1.371.150,51	23.992,32	1.347.158,19
1.1.3 Equipamento básico	203.684,31	25.879,45	177.804,86
1.1.4 Equipamento de transporte	9.982,51	9.983,34	-0,83
1.1.5 Equipamento administrativo			
1.1.6 Equipamentos biológicos			
1.1.7 Outros			
2 Subsídios relacionados com rendimentos/à exploração		231.357,02	
3 Valor dos reembolsos no período respeitantes a: (3=3.1+3.2)			
3,1 Subsídios relacionados com activos ao investimento			
3,2 Subsídios relacionados com rendimentos/à exploração			
4 TOTAL (4=1+2+3)	1.610.317,33	291.212,13	1.550.462,22



Borges



Foi registado no exercício de 2020 um subsídio à exploração no valor de 231.357,02€, concedido pelo Município de Nordeste.

16. Acontecimentos após a Data do Balanço

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 10 de março de 2021.

Em março de 2020 foi declarada pela Organização Mundial de Saúde a pandemia resultante da disseminação da nova doença (“COVID-19”). Em resultado, as autoridades competentes locais e internacionais têm vindo a estabelecer um conjunto de medidas excecionais e de carácter temporário com o objetivo de conter a propagação da referida doença. Face a esta situação a empresa tem vindo a implementar um plano de contingência para aumentar as condições de proteção de todos os colaboradores, de modo a garantir as suas atividades. Embora nesta data não seja possível determinar a extensão e severidade dos impactos desta situação, o conselho de administração considera que, tendo por base a natureza das atividades desenvolvidas e as projeções de fluxos de caixa de curto prazo, que existem condições para considerar adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações.

Nestes termos e dado que não houve alteração de circunstâncias, mantêm-se os pressupostos de fato que levaram à inclusão desta nota no Anexo às demonstrações financeiras do exercício de 2020.

17. Imposto sobre o Rendimento

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da entidade dos anos de 2017 a 2020 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração da entidade entende que as correções resultantes de eventuais revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras apresentadas.

A entidade é tributada através do regime geral de tributação sendo a estimativa de imposto sobre o rendimento registada nas suas demonstrações financeiras com base nos seus resultados fiscais. À data de relato a taxa de imposto é aplicada de acordo com o artigo 87.º do CIRC, com uma redução de 20% de acordo com as alterações introduzidas pelo Decreto Legislativo Regional n.º 2/2014/A, de 29 de janeiro, que altera o n.º 1 do

artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 2/99/A, de 20 de janeiro, portanto, uma taxa de 16,8% considerando que a entidade não é qualificada como pequena ou média empresa, nos termos previstos no anexo ao Decreto-Lei n.º 372/207, de 6 de novembro.

17.1. Divulgação separada dos principais componentes de gasto (rendimentos) de impostos.

O gasto de imposto (rendimento de imposto) é a quantia agregada incluída na determinação do resultado líquido do período respeitante a impostos correntes e impostos diferidos sendo que, impostos correntes dizem respeito à quantia a pagar (a recuperar) de impostos sobre o rendimento respeitantes ao lucro (perda) tributável de um período, e impostos diferidos dizem respeito à quantia decorrente da existência de diferenças entre a quantia escriturada de um ativo ou de um passivo no balanço e a sua base de tributação.

Descrição	Valor
Resultado contabilístico do período	7.554,32
Imposto corrente do período	2.087,03
Coleta	1.908,67
Tributações autónomas	7,94
Derrama	170,42
Impostos diferidos relacionados com a origem/reversão de diferenças temporárias	49,81
Imposto sobre o rendimento do período	2.136,84
Taxa efectiva de imposto sobre o rendimento	28,29%

17.2. Relacionamento entre gasto (rendimentos) de impostos e lucro contabilístico

A reconciliação entre a taxa nominal de imposto e o imposto sobre o rendimento registado na demonstração dos resultados é como segue:

M. Borges
A
RAA

Resultado contabilístico do período	7.554,32
Diferenças permanentes:	3.806,84
Diferenças temporárias:	
Resultado fiscal (a)	11.361,16
Dedução de Prejuízos (b)	
Matéria coletável (c)	11.361,16
Coleta (d)	1.908,67
Impostos Diferidos (e)	49,81
Tributação Autónoma (f)	7,94
Derrama (g)	170,42
Imposto registado na demonstração de resultados	2.136,84

O resultado fiscal é o resultado de um período determinado de acordo com as regras estabelecidas pelas autoridades fiscais sobre o qual são pagos impostos sobre o rendimento:

Resultado contabilístico do período	7.554,32
Diferenças permanentes:	3.806,84
Diferenças temporárias:	
Resultado Fiscal	11.361,16

De acordo com o art.º 52.º do CIRC a entidade pode deduzir ao lucro tributável os prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação anteriores, dedução que não pode exceder o montante correspondente a 70% do respetivo lucro tributável:

(b)	
Prejuízos Fiscais dedutíveis	
Resultado Fiscal	11.361,16
70% do Resultado Fiscal	7.952,81
Prejuízos Fiscais deduzidos	
Matéria coletável	11.361,16

Quando haja prejuízos fiscais dedutíveis, a matéria coletável resulta da dedução de prejuízos fiscais ao resultado tributável:

(c)

Resultado Fiscal	11.361,16
Prejuízos Fiscais deduzidos	-
Matéria Coletável	11.361,16

A coleta corresponde ao resultado do produto da taxa de imposto aplicável pela matéria coletável apurada.

(d)

11.361,16 * 0,21 * 0,80	1.908,67
Coleta apurada	1.908,67

A aplicação do justo valor ao Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica o reconhecimento de impostos diferidos uma vez que a quantia da eventual valorização gerada pelas aplicações financeiras dos valores do FCT só é considerada rendimento para efeitos tributários no momento do reembolso à entidade:

(e)

Ganhos por Aumentos de Justo Valor reconhecidos no exercício	296,46
Perdas por Redução de Justo Valor reconhecidos no exercício	-
Taxa nominal de imposto	16,80%
	49,81

As tributações autónomas têm a seguinte decomposição:

(f)

Despesas Representação	99,20
Taxa de tributação autónoma	0,08
Gastos com Viat.Lig. Passageiros superior a €25.000,00 inferior a €35.000,00	-
Taxa de tributação autónoma	0,22
Despesas não documentadas	-
Taxa de tributação autónoma	0,48
	7,94

M. Borges

RAA

A entidade está também sujeita e não isenta ao imposto da Derrama de 1.5%, aplicável a sujeitos passivos sediados no concelho de Nordeste e com um volume de negócios superior a €150.000,00. incidindo sobre o lucro tributável apurado no exercício:

(g)	
Resultado tributável do período	11.361,16
Taxa de derrama	1,50%
	170,42

Os impostos diferidos ativos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias. Os ativos por impostos diferidos não foram reconhecidos pela entidade aquando do apuramento de prejuízos fiscais por não existirem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros, suficientes para a sua utilização.

18. Benefícios dos Empregados

O número médio de pessoas ao serviço da entidade no decorrer do exercício e as respetivas horas trabalhadas no ano de 2020 foram as que se apresentam:

Descrição	Número médio de pessoas	Número de horas trabalhadas
Pessoas ao serviço da empresa, remuneradas e não remuneradas	20	33.600
Pessoas remuneradas ao serviço da empresa	20	33.600
Pessoas não remuneradas ao serviço da empresa		
Pessoas ao serviço da empresa, por tipo de horário		
Pessoas ao serviço da empresa a tempo completo	18	33.600
Das quais: Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo completo	20	33.600
Pessoas ao serviço da empresa a tempo parcial		
Das quais: Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo parcial		
Pessoas ao serviço da empresa, por sexo:		
Homens	16	26.880
Mulheres	4	6.720
Pessoas ao serviço da empresa, das quais:		
Pessoas ao serviço da empresa, afectas à investigação e desenvolvimento		
Prestadores de serviços		
Pessoas colocadas através de agências de trabalho temporário		

Os gastos com pessoal nos exercícius de 2020 e 2019 repartem-se de acordo com as seguintes rubricas:

Descrição	2020	2019
Gastos com pessoal	320.750,33	290.078,48
Remunerações dos órgãos sociais		
Das quais: participação nos lucros		
Remunerações do pessoal	253.000,99	229.775,59
Das quais: participação nos lucros		
Benefícios pós-emprego		
Indemnizações		
Encargos sobre remunerações	55.701,45	49.627,00
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	3.011,29	2.328,58
Gastos de acção social	7.768,25	8.246,80
Outros gastos com pessoal	1.268,35	100,51
Dos quais:		
Gastos com formação		
Gastos com fardamento	470,55	100,51

19. Outras Informações

19.1. A proposta de aplicação de resultados ou, se aplicável, a aplicação dos resultados.

A administração propõe que o resultado líquido positivo no valor de 5.417,48€ seja transferido para a rubrica de resultados transitados.

19.2 Outras divulgações (divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados).

a) Outros Créditos a Receber e outras dívidas a Pagar

Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 as rubricas de “Outros créditos a receber” e de “Outras dívidas a pagar” apresentavam a seguinte composição:

M. Borges
J
RAA

	2020	2019
Outros créditos a receber	87.362,73	2.008.890,79
Fornecedores C/C	101,08	101,08
Devedores por acréscimos de rendimentos	-	55,65
Devedores diversos	87.261,65	2.008.734,06
Pessoal		217,40
Outras dívidas a pagar	416.720,02	637.568,49
Fornecedores de investimentos	45.051,40	157.113,90
Credores diversos	309.723,85	422.938,81
Credores por acréscimos de gastos	61.930,18	57.489,66
Pessoal	14,59	26,12

b) Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 as rubricas “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2020	2019
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas	114,97	1.074,47
Pagamento por Conta	2.202,00	1.488,00
Pagamento Especial por Conta	-	-
Estimativa de imposto	- 2.087,03	- 2.562,47
Retenção na fonte por terceiros		
Retenção na fonte a terceiros	- 706,11	- 796,11
Imposto sobre o valor acrescentado	14.289,18	15.557,69
Contribuições para a Segurança Social	- 5.552,26	- 5.723,54
Contribuições para o FCT	- 48,65	- 27,90
TOTAL ATIVO	16.491,18	17.045,69
TOTAL PASSIVO	- 8.394,05	- 9.110,02

À data de relato financeiro a entidade tinha a sua situação tributária e situação contributiva regularizadas.

c) Diferimentos Ativos e Passivos

Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 as rubricas do ativo e passivo correntes “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:

	2020	2019
Gastos a reconhecer	1.400,61	429,55
Seguros antecipados	458,09	313,87
Outros	942,52	115,68
Rendimentos a reconhecer	-	-
Outros	-	-

d) Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 as rubricas de fornecimentos e serviços externos apresentavam a seguinte decomposição:

M. Borges
[Signature]
[Signature]

Rubrica	2020	2019
Subcontratos	57.500,88	60.257,67
	86.373,97	88.641,38
Trabalhos Especializados	37.265,28	46.434,72
Publicidade e Propaganda	982,00	240,72
Vigilância e Segurança	832,16	475,50
Honorários	7.866,72	7.866,72
Conservação e Reparação	30.383,58	26.926,99
Serviços Bancários	2.515,00	615,76
Outros Serviços Especializados	408,31	-
Taxas ERSARA	6.120,92	6.080,97
	2.323,05	1.287,28
Livros e Documentação Técnica	440,14	
Material de Escritório	1.554,91	1.262,28
Artigos para Oferta	50,00	25,00
Outros Materiais	278,00	
	26.688,47	31.193,66
Electricidade	2.307,61	7.339,15
Combustíveis	24.163,56	23.854,51
Outros Energias e Fluidos	217,30	
	-	808,50
Deslocações e Estadas		808,50
	11.798,46	11.637,26
Rendas e Alugueres	307,74	615,48
Comunicação	6.481,49	6.773,71
Seguros	3.629,09	3.552,21
Contencioso e Notariado	281,50	148,00
Despesas de Representação	99,20	
Limpeza, Higiene e Conforto	744,54	407,44
Outros	254,90	
TOTAL	184.684,83	193.825,75

e) Outros rendimentos

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 apresenta-se como se segue:

Rubrica	2020	2019
Rendimentos suplementares	17.921,17	8.673,24
Rendimentos em invest. não financeiros		2.500,00
Correções relativas a períodos anteriores	69,52	5,95
Imputação de subsídios p/Investimento	59.855,11	44.742,12
Outros não especificados	0,09	1.153,02
TOTAL	77.845,89	57.074,33

f) Outros gastos

A decomposição da rubrica de "Outros gastos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 apresenta-se como se segue:

Rubrica	2020	2019
Impostos indiretos	1.119,22	915,39
Taxas	30,00	78,42
Correções relativas a períodos anteriores	3.951,18	788,13
Multas e penalidades	11,10	
Indemnização em danos patrimoniais	-	317,13
Outros não especificados	15.744,62	177,86
TOTAL	20.856,12	2.276,93

g) Juros e gastos similares suportados

Os juros e gastos similares suportados dizem respeito a juros de financiamentos obtidos que, nos exercícios de 2020 e 2019, ascenderam a 64.229,48€ e 81.750,86€, respetivamente.

h) Capital Próprio

Descrição	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
Capital	50.000,00			50.000,00
Reservas	2.776,34	-	-	2.776,34
Reservas legais	2.776,34			2.776,34
Outras reservas				-
Resultados transitados	- 414.813,61	8.945,41	10.098,55	- 413.660,47
Ajustamentos em ativos financeiros	- 24.500,00			- 24.500,00
Outras variações no capital próprio	1.877.503,27	756.892,70	146.117,06	1.266.727,63
Subsídios	1.877.503,27	756.892,70	146.117,06	1.266.727,63
Resultado líquido do período	10.098,55	10.098,55	5.417,48	5.417,48
Total	1.501.064,55	775.936,66	161.633,09	886.760,98

Marina Cabral
Nif: 29648825
Toc: n.º 87693

Handwritten signature: J. Borges
Handwritten signature: [illegible]
Handwritten signature: [illegible]

i) Outras garantias bancárias prestadas

A garantia bancária prestada pelo Novo Banco dos Açores S.A. no valor de 109.500,00€ está associada à execução da obra da Adutora da Fazenda na via rápida, que pertence à Euroscut. Para garantia do pagamento de indemnizações devidas por eventuais danos e prejuízos materiais causados à EUROSCUT AÇORES na Área da Concessão, e bem assim o pagamento da compensação devida pela perda ou diminuição de tráfego, em virtude da execução da Empreitada, a NORDESTE ATIVO compromete-se a entregar à EUROSCUT AÇORES uma garantia bancária autónoma, incondicional e à primeira solicitação, na qual constem como beneficiário a NORDESTE ATIVO e a EUROSCUT AÇORES, até ao limite máximo global de Euro: 109.500€ (cento e nove mil e quinhentos euros).

20. Divulgações adicionais para as Entidades a que se referem a alínea h) do n.º 1 do artigo 2º e o n.º 4 do artigo 9º, ambos do Decreto-lei n.º 98/2015, de 2 de junho

20.1 O volume de negócios líquido discriminado por categorias de atividade e mercados geográficos, na medida em que essas categorias e mercados difiram entre si de forma considerável, tendo em conta as condições em que a venda de produtos e a prestação de serviços são organizadas.

a) Informação por Atividades Económicas

A entidade encontra-se registada na Classificação das Atividades Económicas Rev.3 com os códigos 36001 – Captação e Tratamento de Água, como atividade principal, 38112 – Recolha de Outros Resíduos não Perigosos, 84123 – Administração Pública Atividades de Cultura, Desporto, Recreativas, Ambiente, Habitação e de Outras Atividades Sociais, exceto Segurança Social obrigatória e 93294 – Outras Atividades de Diversão e Recreativas, discriminando-se a atividade económica de 201 por CAE conforme se apresenta:

Descrição	CAE Rev. 36001	CAE Rev. 38112	CAE Rev. 84123/93294	Total
1 Vendas	293.249,74	-	672,96	293.922,70
1.1 Mercadorias	293.249,74		672,96	293.922,70
2 Prestações de serviços	92.030,72	122.997,20		215.027,92
3 Compras	22.545,16		1.366,62	23.911,78
4 Fornecimentos e serviços externos	57.680,67	87.739,02	39.285,14	184.684,83
5 CMVMC	20.783,41	-	1.366,62	22.150,03
5.1 Mercadorias			1.366,62	1.366,62
5.2 Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	20.783,41			20.783,41
7 Número médio de pessoas ao serviço	7,00	7,00	6,00	20,00
8 Gastos com o pessoal	129.798,33	87.117,28	103.834,72	320.750,33
8.1 Remunerações	101.287,64	71.612,43	83.599,63	256.499,70
8.2 Outros (inclui pensões)	28.510,69	15.504,85	20.235,09	64.250,63
9 Activos fixos tangíveis:				-
9.1 Quantia escriturada líquida final	2.315.626,38	220.704,06	181.555,03	2.717.885,47
9.2 Total de aquisições	1.522.764,17	121.393,00		1.644.157,17
9.3 Das quais: em edifícios e outras construções				-
9.4 Adições no período de ativos em curso				-
10 Propriedades de investimento:				-
10 Quantia escriturada líquida final				-
10 Total de aquisições				-
10 Das quais: em edifícios e outras construções				-
10 Adições no período de propriedades de investimentos em curso				-

b) Informação por Mercados Geográficos

Descrição	Interno	Comunitário	Extracomunitário
1 Vendas	293.922,70		
2 Prestações de serviços	215.027,92		
3 Compras	23.911,78		
4 Fornecimentos e serviços externos	184.684,83		
5 Aquisições de activos fixos tangíveis	1.644.157,17		
6 Aquisições de propriedades de investimento			
7 Aquisições de activos intangíveis			
8 Rendimentos suplementares	13.501,02		
8,5 Outros	13.501,02		
9 Por memória: Vendas e prestações de serviço (valores não descontados)			
10 Por memória: Compras e FSE (valores não descontados)			

3.2. Os honorários totais faturados durante o período por cada revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas relativamente à revisão legal das demonstrações financeiras anuais, e os honorários totais faturados por cada revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas relativamente a outros serviços de garantia de fiabilidade, a título de serviços de consultoria fiscal e de outros serviços que não sejam de revisão ou auditoria, ou indicação de que essa informação se encontra incluída nas notas do Anexo consolidado da sua empresa-mãe.

a) Honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas

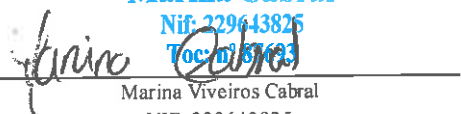
Os honorários totais faturados no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 pelo Revisor Oficial de Contas relacionados com a revisão legal das contas anuais ascenderam a 4.774,28€.

A Contabilista Certificada

Marina Cabral

Nif: 229643825

Tcc: n.º 87693

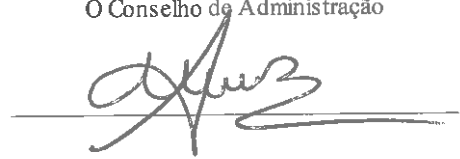


Marina Viveiros Cabral

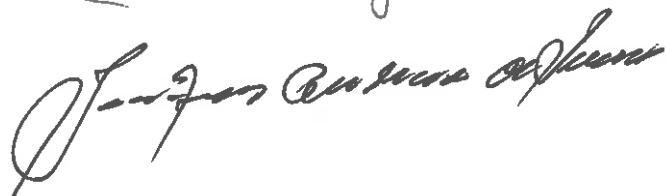
NIF: 229643825

CC n.º 87693

O Conselho de Administração



Natália Borges



**PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE O RELATÓRIO DO CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2020**

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da NORDESTE ATIVO E.M., S.A., que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2020 (que evidencia um total de 3.163.728 euros e um total de capital próprio de 886.761 euros, incluindo um resultado líquido de 5.417 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da NORDESTE ATIVO E.M., S.A. em 31 de Dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

Ênfase

Em Março de 2020 foi declarada pela Organização Mundial de Saúde a pandemia resultante da disseminação da nova doença (“COVID-19”). Em resultado, conforme mencionado na nota 16 do anexo às demonstrações financeiras, a Entidade tem vindo a implementar, como no exercício anterior, um plano de contingência para aumentar as condições de proteção de todos os colaboradores, de modo a garantir a sua atividade. Embora nesta data não seja possível determinar a extensão e severidade dos impactos desta situação, o órgão de gestão considera que existem condições para considerar adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações.

Neste termos e dado que não houve alteração de circunstâncias, mantêm-se os pressupostos de facto que levaram à apresentação da atual ênfase.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.



Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;



Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC n.º 1365)

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Ponta Delgada, 11 de Março de 2021



Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda.
representada por
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º520)

Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC n.º 1365)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da NORDESTE ATIVO E.M., S.A., que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2020 (que evidencia um total de 3.163.728 euros e um total de capital próprio de 886.761 euros, incluindo um resultado líquido de 5.417 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da NORDESTE ATIVO E.M., S.A. em 31 de Dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

Ênfase

Em Março de 2020 foi declarada pela Organização Mundial de Saúde a pandemia resultante da disseminação da nova doença (“COVID-19”). Em resultado, conforme mencionado na nota 16 do anexo às demonstrações financeiras, a Entidade tem vindo a implementar, como no exercício anterior, um plano de contingência para aumentar as condições de proteção de todos os colaboradores, de modo a garantir a sua atividade. Embora nesta data não seja possível determinar a extensão e severidade dos impactos desta situação, o órgão de gestão considera que existem condições para considerar adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações.

Neste termos e dado que não houve alteração de circunstâncias, mantêm-se os pressupostos de facto que levaram à apresentação da atual ênfase.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.



Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;



Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Ponta Delgada, 11 de Março de 2021



Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda.
representada por
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº520)